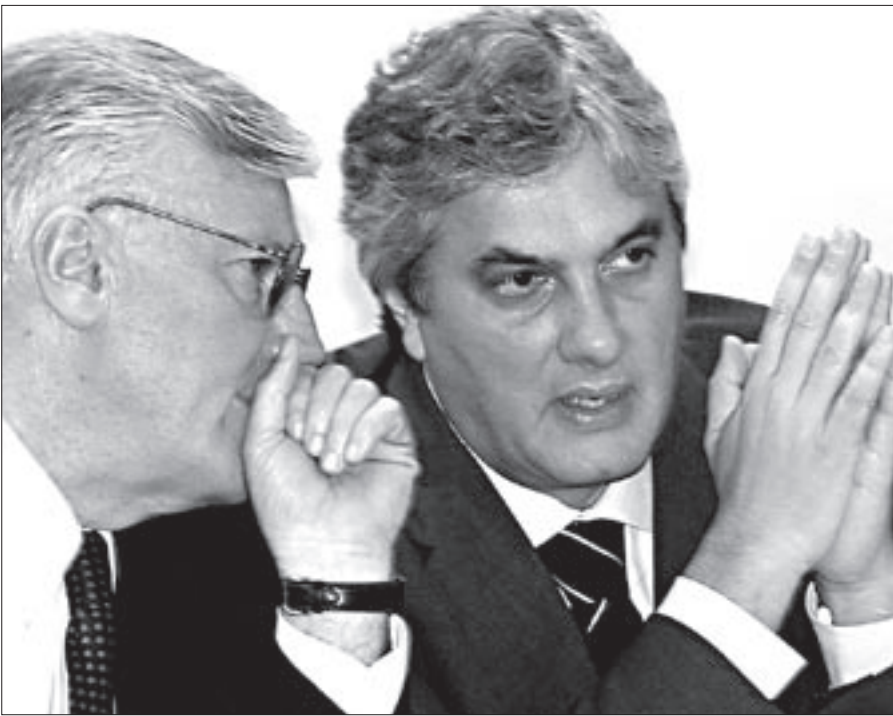


JOSE CRUZ/ABR



## Crise Política

# Banqueiro tem que esclarecer depósitos para Marcos Valério

JANE ARAUJO



Amir Lando e Delcídio (foto superior) presidem CPIs do Mensalão e dos Correios. Efraim e Garibaldi comandam a CPI dos Bingos

Daniel Dantas foi convocado para depor nesta quarta-feira nas CPIs dos Correios e do Mensalão. Outro depoimento muito aguardado é o do doleiro Toninho da Barcelona, terça-feira, na CPI dos Bingos.

Empresas ligadas a Daniel Dantas (D) depositaram em contas de Valério mais de R\$ 140 milhões



PUBLICUES VERGILIUS/FOLHA IMAGEM

Relatório parcial desmente tese de empréstimo ao PT

Deputada diz que bingos davam por mês R\$ 1 milhão

PÁGINAS 3 A 10

## — cidadania

Você pode ajudar na fiscalização dos gastos públicos

Conheça a Controladoria e a Ouvidoria Geral da União, criadas para zelar pelos recursos públicos.

PÁGINA 24

Senado busca evitar prejuízo com burocracia

PÁGINA 11

Orçamento de 2006 em debate

PÁGINA 12

Comissão especial regula a reforma do Judiciário

PÁGINA 2

## e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23



ARISTIDES NETO/IBAMA PA

Área desmatada na região da Terra do Meio, no Pará, é exemplo da ameaça de destruição das florestas brasileiras

## Projeto para salvar (ou não?) as florestas

PÁGINA 13

agenda gendagendaendagengendgendagenda gendagendaendagengendgendagenda gendagendaendagengendgendagenda

# Regulamentação da súmula vinculante

A Comissão Especial Mista da Reforma do Judiciário já dispõe das minutas do projeto de lei para regulamentar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante e do que estabelece os procedimentos a serem adotados no exame de recursos extraordinários pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A discussão das propostas deverá ser concluída ainda este ano, conforme roteiro elaborado pelo relator da comissão, senador José Jorge (PFL-PE). Ele também foi relator da reforma do Judiciário.

As modificações na estrutura do Poder Judiciário começaram a ser introduzidas em dezembro de 2004, com a promulgação da Emenda Constitucional 45. A emenda determinou a criação de uma comissão especial do Congresso que ficaria encarregada de elaborar os projetos de

lei necessários à regulamentação da matéria e de promover alterações na legislação para ampliar o acesso à Justiça e tornar mais eficiente a prestação de serviços jurídicos.

Pela emenda que instituiu a reforma, o STF poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços de seus membros, aprovar súmula que terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta nas esferas federal, estadual e municipal. Já em relação ao recurso extraordinário, a intenção da comissão é ampliar os casos em que há possibilidade desse tipo de instrumento.

De acordo com José Jorge, alguns pontos da reforma deverão

ser regulamentados pelo Poder Legislativo, como a destinação de custas ao Poder Judiciário, a federalização dos crimes contra os direitos humanos, o estabelecimento das hipóteses de cabimento do segredo de justiça e a criação do Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas. Outros

pontos deverão ser regulamentados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), como é o caso das modificações na Lei Orgânica da Magistratura, ou pelos demais tribunais superiores, pelo Ministério Público Federal e pelos tribunais estaduais.

A edição, revisão e cancelamento da súmula com efeito vinculante, assim como o exame dos recursos extraordinários, serão debatidos com o presidente do STF, ministro Nélson Jobim.

**Mudanças deverão ser debatidas com o presidente do STF**



gestão das florestas públicas para a produção sustentável (PLC 62/05).

**Autor:** Presidência da República.

**Relatora:** senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

## 15h – ORÇAMENTO

**Proposta para 2006** – Audiência pública na Comissão Mista de Orçamento com a participação do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, destinada a discutir o projeto de Lei Orçamentária de 2006, encaminhada pelo Poder Executivo ao Congresso no fim de agosto.

## QUINTA-FEIRA

### 9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

**Profissões** – A CAS promove audiência pública para instrução de proposições que tratam da realização de exames de suficiência para o exercício das profissões. São esperados representantes dos ministérios do Trabalho e Educação e dos conselhos das categorias profissionais.

### 9h30 – RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

**Embaixador** – A CRE vai analisar a indicação do nome de Carlos Augusto Rego Santos Neves para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Rússia, exercer o cargo junto ao Turcomenistão e Uzbequistão, entre outras indicações. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

### 10h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

**Moradia no NE** – A comissão vai discutir a aplicação dos recursos de poupança nos financiamentos habitacionais no Nordeste.

## SEXTA-FEIRA

### 11h – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

**Tabaco** – O colegiado promove audiência pública para instruir o projeto (PDL 602/04) que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre o Controle do Uso do Tabaco.

A agenda completa das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) está na página 3.

## CPI da Emigração realiza audiência em Poços de Caldas

A CPI da Emigração Ilegal foi desbaratada, mas ela ainda age aqui – explicou o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), presidente da comissão. Na quinta-feira, os parlamentares que compõem a CPI ouviram dois jornalistas sobre o problema da travessia da fronteira dos Estados Unidos com o México. Alan Rodrigues, da revista *IstoÉ*, relatou que há aproximadamente cem corpos de brasileiros não identificados e enterrados no México, perto da fronteira. Também foi ouvida a procuradora da República em Minas Zani Cajueiro de Souza.

Na sexta, a CPI tomou depoimento de José Vicente Barbosa Filho, cujos irmãos Marclício e Sebastião morreram de desidratação ao tentar atravessar a fronteira com os EUA. Foi ouvido ainda o empresário Roberto Abade Gomes, que é apontado como um agenciador na região.

– Em Poços de Caldas há ramificações dessa quadrilha que leva brasileiros para o exterior. Parte da quadrilha já

foi desbaratada, mas ela ainda age aqui – explicou o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), presidente da comissão.

Na quinta-feira, os parlamentares que compõem a CPI ouviram dois jornalistas sobre o problema da travessia da fronteira dos Estados Unidos com o México. Alan Rodrigues, da revista *IstoÉ*, relatou que há aproximadamente cem corpos de brasileiros não identificados e enterrados no México, perto da fronteira. Também foi ouvida a procuradora da República em Minas Zani Cajueiro de Souza.

Na sexta, a CPI tomou depoimento de José Vicente Barbosa Filho, cujos irmãos Marclício e Sebastião morreram de desidratação ao tentar atravessar a fronteira com os EUA. Foi ouvido ainda o empresário Roberto Abade Gomes, que é apontado como um agenciador na região.

## Comissões

### TERÇA-FEIRA

#### 9h30 - DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**INSS** – Em audiência pública, a comissão vai tratar da crise de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com a presença do presidente da instituição, Valdir Simão.

#### 9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS; MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE; E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Florestas** – As comissões promovem conjuntamente audiência pública para discutir o projeto sobre a gestão das florestas públicas para a produção sustentável (PLC 62/05). Entre os convidados, Ubiratam Cazetta, procurador da República em Belém; Antônio Herman Benjamin, do Ministério Público de São Paulo (SP) e Marcus Barros, presidente do Ibama.



#### 10h - SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**Celulares** - O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) participa da reunião que discute a "clonagem" de telefones celulares e as providências tomadas pela entidade para controlar o problema.

#### 11h – EDUCAÇÃO

**Ensino superior** – Primeiro item da pauta é o projeto (01/04) que prevê percentual de vagas semigratuitas em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. **Autor:** senador Paulo Paim (PT-RS). **Relator:** senador Papaléo Paes (PSDB-AP).

#### 11h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Incentivos** – Além do projeto das florestas públicas mencionado anteriormente, a CAE analisa pauta de 37 itens, entre eles, o projeto (PLS 154/04) que concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos. **Autor:** então senador Marcos Guerra. **Relator:** senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

#### 11h30 - MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**Florestas** – O colegiado deve votar o projeto sobre a

## Plenário

### SEGUNDA-FEIRA

#### 14h - Sessão não-deliberativa

### TERÇA-FEIRA

#### 14h - Sessão deliberativa

**Doação de aviões** - O primeiro item é o projeto (PLC 74/05) que autoriza o Poder Executivo a doar seis aeronaves T-25 à Força Aérea Boliviana e seis à Força Aérea Paraguuaia. Discussão em turno único. **Autor:** Presidência da República

**Meteorologia** - Proposta de emenda à Constituição (PEC 12/03) define a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Autor:** senador Osmar Dias (PDT-PR). **Relatora:** senadora Serys Shessarenko (PT-MT).

**Zona Franca** - Proposta de emenda à Constituição (PEC 59/04) altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. **Autor:** senador Artur Virgílio (PSDB-AM).

**Segurança** - Projeto garante a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em unidades de conservação e regiões de fronteira do país (PLS 162/04). **Autor:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

**Funpen** - Outro item é o projeto (PLC 109/03) que cria o Fundo Peniten-

ciário Nacional (Funpen). **Autora:** deputada Luiza Erundina (PSB-SP).

**Servidores** - Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03) que trata da carreira dos servidores civis e militares do ex-território federal de Rondônia. **Autora:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).

### QUARTA - FEIRA

#### 14h - Sessão deliberativa

**Agravos** - Projeto (PLC 72/05) altera o Código de Processo Civil para restringir hipóteses de agravo retido às audiências de instrução e julgamento, e estabelecer hipótese para a conversão do agravo de instrumento em agravo retido. Discussão em turno único. **Autor:** Presidência da República.

**Servidores** - Terceira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC) 87/03. **Autora:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).

### QUINTA-FEIRA

#### 14h - Sessão deliberativa

**Agenda em aberto**

### SEXTA-FEIRA

#### 9h - Sessão não-deliberativa

## CRISE POLÍTICA CPIs têm extensa agenda na semana em que pode haver decisão sobre Presidência da Câmara

### TCU pede suspensão de concorrência nos Correios

A CPI dos Correios recebeu, na última quinta-feira, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, que entregou aos parlamentares relatório preliminar sobre as auditorias nos contratos investigados pela comissão. O ministro ressaltou que o documento não tem caráter conclusivo, mas já detalha irregularidades.

Mesmo sem finalizar a investigação, o TCU já tomou providências sobre os indícios encontrados. Recomendou, por exemplo, que fosse suspensa uma licitação de R\$ 11,9 milhões em andamento nos Correios, depois de concluir que o

editado não respeitava o caráter competitivo exigido pela lei, pois determinava a contratação de uma só empresa para prestar serviços técnicos diferentes. O TCU argumentou que o adequado seria a realização de um processo distinto para cada serviço, a fim de permitir a participação de várias empresas.

O tribunal determinou ainda que os Correios descontem R\$ 61.251,99 dos créditos futuros da SMP&B, agência de Marcos Valério. A intenção é devolver a soma aos cofres da estatal, pois, de acordo com os auditores, a agência recebeu esse total por serviços que não foram prestados e por conta de sobrepreços e subcontratações irregulares

nos patrocínios do Fórum Social Mundial, da Feira Transnacional 2004 e do 8º Encontro Internacional de Negócios do Nordeste, todos negociados pela agência de Valério.

Outra medida tomada pelo TCU foi solicitar que os Correios não efetivem o contrato ou suspendam os negócios com a empresa eCommerce Consultoria e Informática S/A, vencedora do contrato de R\$ 6,7 milhões da Solução Integrada de Auto-

#### Tribunal aponta irregularidades em edital envolvendo R\$ 11,9 milhões

mação do Seguro Postal (Siasp). A licitação, verificaram os auditores, foi conduzida para privilegiar a e-Commerce, ao exigir requisitos que só ela tinha.

Em todos os casos, foram solicitadas explicações das pessoas identificadas como responsáveis pelas irregularidades encontradas, para dar a oportunidade de defesa dos envolvidos. O secretário-geral de Controle Externo do órgão, Paulo Wiechers, ressalta que o tribunal só pode concluir os processos depois de ouvidos os responsáveis, a fim de respeitar o princípio do contraditório.

Atualmente, o TCU analisa 54 contratos denunciados pela CPI. O ministro Adylson Motta pretende que o trabalho seja finalizado até o final do mês. Por isso, colocou 122 técnicos à disposição das investigações parlamentares.



Integrantes da CPI do Mensalão vão questionar o banqueiro Daniel Dantas na quarta-feira

## CPIs ouvem Daniel Dantas e Barcelona



Os depoimentos do banqueiro Daniel Dantas e do doleiro Toninho da Barcelona dividem as expectativas da semana com a decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), sobre sua permanência ou não no cargo. A situação de Severino ficou mais delicada depois de o empresário Sebastião Buani apresentar um cheque de R\$ 7,5 mil que seria destinado ao pagamento de propina em troca da exploração de um restaurante na Câmara. As lideranças partidárias já articulam a definição do sucessor de Severino (veja pág. 10).

A Câmara ainda lida com a liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu o processo contra deputados indiciados pelo relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão. A liminar foi concedida sob o argumento de que os parlamentares não tiveram direito a defesa (veja pág. 8). Em resposta, a Corregedoria da Câmara determinou que os citados têm até esta quinta-feira para se defender. Depois disso, os processos seguem para o Conselho de Ética. Outra for-

ma de contornar a liminar seria um partido representar contra os parlamentares. Quando isso ocorre, o inquérito deve ser aberto diretamente no Conselho de Ética.

#### Sessão conjunta para ouvir Daniel Dantas

Nesta quarta-feira, as CPIs dos Correios e do Mensalão ouvem em sessão conjunta o dono do Banco Opportunity, Daniel Dantas, pivô do que o ex-ministro Gushiken caracterizou de "maior disputa acionária do Brasil" e que envolveu a participação de uma empresa de espionagem norte-americana. O episódio gira em torno do controle, por parte do Opportunity, da Brasil Telecom, uma das maiores empresas de telefonia fixa do país (veja pág. 5).

As denúncias analisadas pelos parlamentares apontam que, para ganhar a disputa, Dantas teria usado o esquema de Marcos Valério para intermediar seus interesses junto ao governo. Sustentam essas acusações o fato de Valério ter apresentado o sócio de Dantas a petistas e os depósitos de mais de R\$ 140 milhões de telefônicas controladas pelo banqueiro nas contas do empresário, valor considerado elevado para

pagamento de publicidade.

Enquanto isso, avança o trabalho das sub-relatorias da CPI dos Correios, que apontam movimentações bilionárias nas contas de Valério e já descartam a versão dos empréstimos entre o pulicitário e o PT, tese apresentada por Delúbio Soares (veja pág. 4).

Nesta terça-feira, as atenções estarão voltadas ao depoimento de Antonio Claramunt, o Toninho da Barcelona, à CPI dos Bingos (veja pág. 6). As outras CPIs vão ficar atentas ao que Barcelona tem a dizer, como já anunciou o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR). No mesmo dia, a CPI do Mensalão ouve o depoimento de João Cláudio Genu. Assessor do deputado José Janene (PP-PR), ele teria sacado R\$ 4,1 milhões das contas de Valério (veja pág. 5).

O doleiro, que cumpre pena por lavagem de dinheiro, assumiu ter feito operações ilegais em nome de políticos. Em suas acusações, Barcelona envolveu personagens centrais do governo Lula: o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, entre outros. Barcelona foi convocado também pelas outras CPIs em funcionamento na Casa.



Adylson Motta (D) fala à CPI dos Correios. A seu lado, Delcídio Amaral e Osmar Serraglio, presidente e relator da comissão

### Empresário que gravou propina deverá pagar R\$ 4,5 milhões

A empresa Comam, de Arthur Wascheck, forneceu aos Correios diversos cofres que não atendiam às especificações técnicas do edital, e descumpriu a Lei das Licitações, causando sério prejuízo ao erário. Essa é a conclusão da auditoria feita pelo TCU no contrato do empresário, que assumiu, em depoimento à CPI dos Correios, ter encomendado a gravação "estopim" da crise, em que o ex-funcionário dos Correios Maurício Marinho recebe R\$ 3 mil.

O TCU deu um prazo para que o empresário e os demais responsáveis citados pela auditoria apresentem sua defesa ou paguem R\$ 4,5 milhões, valor a ser corrigido, aos Correios para ressarcir os danos causados.

À CPI, Wascheck disse também que foi prejudicado por Marinho e, por isso, decidiu denunciá-lo ao seu superior direto. Os auditores, no entanto, argumentam que o empresário não apresentou condições de fornecer os cofres exigidos pelo edital, e acabou entregando produtos de qualidade inferior, que não atendiam às necessidades dos Correios.

O tribunal apurou ainda que a Comam cobrou preços superfaturados para a assistência técnica dos cofres, manobra que só foi possível porque o contrato de garantia não previa a prestação, diz o relatório dos auditores, que foi encaminhado para a CPI dos Correios e para o Ministério Público.

### Agenda das CPIs

#### TERÇA-FEIRA

**11h - Bingos:** depoimento do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, que assumiu fazer operações ilegais para figuras importantes do governo, como o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. No entanto, não apresentou provas.

**11h30 - Mensalão:** depoimento do ex-chefe de gabinete do deputado José Janene (PP), João Cláudio Genu, que confirmou à Polícia Federal ter repassado dinheiro do "valerioduto" em nome do PP. O partido alegou que os recursos foram uma ajuda do PT para o pagamento de advogados.

**14h - Correios: sub-relatorias.** A de Contratos ouve o ex-diretor dos Correios Maurício Madureira e dirigentes da companhia aérea Beta; a de Fontes Financeiras ouve o presidente do Banco BMG, Flávio Guimarães.

#### QUARTA-FEIRA

**10h - Correios e Mensalão:** depoimento do controlador do Banco Opportunity, Daniel Dantas. As denúncias contra ele apontam que Dantas usou Marcos Valério para defender seus interesses no controle da Brasil Telecom junto ao governo.

**11h - Bingos:** depoimentos do ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ) - acusado de cobrar propina dos membros da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e apontado como beneficiário do "valerioduto" - e de Jorge Luiz Dias, servidor da Alerj.

#### QUINTA-FEIRA

**10h - Correios:** reunião administrativa.

**11h - Bingos:** depoimento do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), advogado que acompanhou a investigação do caso Celso Daniel.



CRISE POLÍTICA Documento da CPI dos Correios mostra que repasses em nome do PT vieram antes da captação em bancos

# Relatório rejeita tese de empréstimos



A contabilidade que Marcos Valério apresentou à CPI dos Correios indica que os repasses em nome do PT eram anteriores aos empréstimos tomados por ele, apontou o relatório gerencial apresentado pelo sub-relator de Fontes Financeiras, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

A informação, segundo Fruet, é um indício de que os empréstimos não eram a origem do dinheiro do “valerioduto”. Ele trabalha com duas hipóteses: que “foi montado um esquema de longo prazo em que Marcos Valério defendia interesses privados em troca de empréstimos impagáveis” ou que “os recursos movimentados no exterior poderiam ser uma compensação pelos repasses”.

– Não há um elo direto entre o volume injetado nas contas de Valério e os saques a mando de Delúbio Soares [ex-tesoureiro do PT] – informou.

O deputado explicou que os saques da conta que alimentou o esquema datam de 9 de janeiro, enquanto o primeiro empréstimo de Valério só foi contraído em 24 de fevereiro. No período que antecede o financiamento, foram retirados dessa conta quase R\$ 1,5 milhão. Por isso, o sub-relator vai pedir uma auditoria dos contratos de Valério com empresas privadas, para identificar se houve tráfico de influência. As empresas de telefonia, por exemplo, são responsáveis por depósitos de R\$ 150 milhões nas contas do empresário, valores altos para justificar serviços de publicidade.

## Encontrados indícios de vários crimes

Fruet apresentou ainda um documento enviado à CPI pelo Banco Central (BC) sobre irregularidades do Banco Rural. O BC concluiu que “há indícios de descumprimento das normas que disciplinam a concessão de empréstimo, como garantias insuficientes, renovações sucessivas e incapacidade de pagamento”.

O deputado adiantou que, até agora, a CPI já identificou indícios de vários crimes: tráfico de influência, corrupção ativa e passiva, falsidade ideológica e crimes contra o sistema financeiro e contra a ordem tributária. O principal responsável judicial pelo

### Dinheiro sem rastro

O Banco Rural não possui registro da origem e do destino de milhões de reais movimentados por Marcos Valério nos últimos cinco anos, aponta documento da CPI dos Correios. A falta de identificação do dinheiro contraria determinações do Banco Central e aumenta as suspeitas sobre o comportamento do banco, denunciaram parlamentares.

**Depósitos sem origem**

- 650 depósitos feitos nas contas de Valério não têm origem identificada
- Valor total: R\$ 77 milhões
- Os depósitos variam entre R\$ 5 mil e R\$ 3 milhões

**Saques sem destino**

- 63 cheques descontados no Banco Rural não têm beneficiário identificado
- Valor total: R\$ 11,8 milhões
- Os saques variam entre R\$ 20 mil e R\$ 800 mil

### As finanças do “valerioduto”

- Valério reconheceu o repasse de R\$ 55,9 milhões ao PT na sua contabilidade, dos quais ainda não foram identificados R\$ 5,8 milhões pela CPI dos Correios.
- As 75 contas ligadas a Marcos Valério movimentaram cerca de R\$ 2,88 bilhões entre 2003 e 2004, período em que repassou recursos ao PT e que coincide com a maior movimentação bancária identificada até agora.
- Entre as fontes que alimentaram o esquema está uma conta da agência de Valério SMP&B, por onde passaram R\$ 260 milhões no mesmo período. A CPI quer agora identificar os autores dos saques.
- Há um número expressivo de movimentação entre essas 75 contas de Valério, um sinal de que pode ter havido triangulação dos recursos.
- A CPI registrou saques dessa conta-fonte do “valerioduto” em janeiro de 2003, antes do primeiro empréstimo tomado pelo empresário em nome do PT, que data de 24 de fevereiro do mesmo ano.

Fonte: relatório gerencial da CPI dos Correios

esquema é Marcos Valério, já que não existe qualquer documento comprovando que os empréstimos tomados pelo empresário eram de fato para o PT.

– Judicialmente, Valério vai pagar a conta sozinho – afirmou.

Fruet ressaltou ainda que essas investigações terão desdobramentos posteriores à CPI dos Correios, que tem prazo final previsto para dezembro, e pediu clareza sobre as conclusões possíveis ao tempo de funcionamento da comissão.

– São linhas de investigações que demandam tempo. As con-

clusões do Ministério da Justiça sobre as operações de Paulo Maluf no exterior, por exemplo, demoraram entre três e seis anos para ser finalizadas – afirmou.

Como resposta, o presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), informou que a comissão vai agir com pragmatismo, evitando “abrir o leque demais”, a fim de cumprir o prazo previsto. Nesse sentido, o senador anunciou que negociou com o presidente do Senado, Renan Calheiros, a contratação de uma auditoria externa para auxiliar os trabalhos da CPI.



Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, e os sub-relatores Carlos Sampaio e Gustavo Fruet

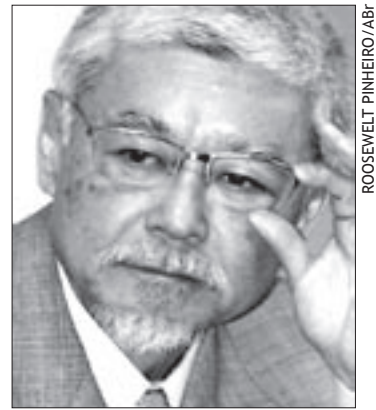
## Gushiken nega denúncias e discute com parlamentares

O ex-ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Luiz Gushiken, em depoimento na CPI dos Correios, negou as denúncias de ingerência indevida da Secom nos contratos de publicidade do governo, que classificou como “infundadas”.

Sobre as acusações de que influenciava as decisões e os investimentos dos fundos de pensão das estatais, Gushiken declarou que “são uma grande fantasia que carece de qualquer fundamento técnico”. Reconheceu, porém, que mantinha contato com alguns presidentes dessas instituições.

Gushiken, que agora é chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência, achou normal estar atento às disputas dos fundos de pensão com o Banco Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas, em torno do controle acionário da Brasil Telecom. Especialmente, lembrou, depois de ter sido alvo de espionagem contratada por Dantas. Mas negou que tivesse articulado a solução do conflito ou defendido uma das partes perante o governo.

O ex-ministro da Secom negou ainda as denúncias de que tivesse influência na ascensão da empresa da qual foi sócio, a Globalprev, que fechou contratos com fundos de pensão depois da eleição do



Luiz Gushiken reage com rispidez diante de algumas das perguntas feitas a ele

presidente Lula.

Ao responder ao relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), declarou “repudiar afirmações de que a Secom participou de um jogo”. Serraglio, diante das negativas de Luiz Gushiken, afirmou considerar “muita coincidência que, depois da eleição, o publicitário Duda Mendonça criou uma agência para tratar com o governo, ao mesmo tempo em que Marcos Valério expandiu contratos com a administração pública”.

Acusado pelo deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) de ser um dos chefes de uma “quadrilha que saqueou os cofres públicos”, Gushiken respondeu que o deputado precisava apresentar provas antes de fazer insinuações.

## Banco Rural: depoimento cheio de contradições

O depoimento da presidente do Banco Rural, Kátia Rabello, à CPI dos Correios, na terça-feira, aumentou as suspeitas dos parlamentares sobre a atuação da instituição no esquema do “valerioduto”. Ela negou participação, mas suas declarações foram consideradas contraditórias pelos membros da comissão.

Kátia disse, por exemplo, que os R\$ 36 milhões concedidos ao empresário Marcos Valério nos últimos cinco anos “não fugiram dos padrões normais do banco”, diante do que suas empresas movimentaram no período – R\$ 525 milhões. Mais adiante, no entanto, ela admitiu que os financiamentos tinham “garantias frágeis”.

Um desses empréstimos, de R\$ 19 milhões, tinha como garantia os pagamentos de publicidade do Banco do Brasil à DNA Propaganda, uma das agências de Valério, informou a vice-presidente de Operações do banco, Ayanna Tenório, que também participou da sessão.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) chamou atenção para o fato de o banco ter emprestado o dinheiro mesmo depois de cobrar de Valério na Justiça o pagamento de R\$ 9 milhões tomados em 1998, mas só quitados em 2003, por R\$ 2 milhões.

Também chamou atenção em-



Kátia Rabello, presidente do Banco Rural, disse que “aval era desnecessário”

préstimo de R\$ 3 milhões obtido pelo PT no Rural, com o aval de Valério, do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e do ex-presidente José Genoino. Segundo Valério, a necessidade da sua assinatura foi uma exigência do Rural, mas Kátia afirmou que “o aval era desnecessário”.

A presidente do banco disse que toda a movimentação de Valério foi reportada aos órgãos fiscalizadores, o que seria um sinal de que o Rural apenas “foi usado” pelo empresário. Mas a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) exibiram relatório da CPI que denuncia saques e depósitos sem identificação nas contas de Valério (veja infográfico ao lado).

**CRISE POLÍTICA** CPI do Mensalão toma depoimento de Daniel Dantas, em conjunto com a CPI dos Correios

## Pedro Corrêa: PP só recebeu R\$ 700 mil

O presidente do PP, deputado Pedro Corrêa (PE), negou em depoimento à CPI do Mensalão na quarta-feira passada que seu partido tenha recebido R\$ 4,5 milhões do PT por meio das contas do empresário Marcos Valério – conforme revelado pelo próprio empresário. Corrêa admitiu apenas saques no valor de R\$ 600 mil, feitos pelo chefe de gabinete da liderança do PP, João Cláudio Genu, numa agência do Banco Rural em Brasília, além do recebimento de R\$ 100 mil em dinheiro da diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, em um hotel da capital.

Qualquer outro saque feito por Genu, afirmou Corrêa, não teria a autorização ou conhecimento do partido. O presidente do PP disse que o pagamento foi acertado com o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, que não teria revelado que o dinheiro viria de Valério.

Os R\$ 700 mil, segundo Corrêa, seriam usados para pagar

parte dos honorários do advogado Paulo Goiás, que defende o deputado Ronivon Santiago (PP-AC) em 36 processos, movidos pelo PT do Acre. Entre outros crimes, Ronivon sofre processo de cassação por compra de votos em seu estado. O acordo com o PT, segundo Corrêa, foi feito porque o PP, que apoiava o governo federal, era "perseguido politicamente" pelo PT no Acre.

– Esse dinheiro não foi contabilizado porque o PT não esclareceu sua origem, prometendo que o faria no futuro.

Num carrinho de supermercado, Corrêa levou à CPI quilos de documentos relativos aos sigilos telefônicos, bancários e fiscais seus e de familiares. Entregou certidões negativas de todas as instâncias judiciais militares e civis, da Serasa e do Banco Central – esta última comprovando que não tem conta no exterior nem fez remessas para fora do país. "Durante minha vida política, não aumentei meu patrimônio. Quando me deito, durmo o sono dos justos", assegurou.

Integrante do comitê político do Planalto, ele afirmou que ia à Casa Civil para discutir, especialmente com o ex-ministro e deputado José Dirceu (PT-SP), o apoio do PP nas votações de projetos prioritários para o Executivo. Nunca em troca de "acordos financeiros", declarou, garantindo que Dirceu "jamais ofereceu dinheiro". O presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), disse que é preciso confrontar as versões de Corrêa e Genu.



Pedro Corrêa se prepara para falar à CPI. "Durmo o sono dos justos"

# Banqueiro deve explicar depósitos



A CPI Mista do Mensalão aprovou a convocação do banqueiro Daniel Dantas para esclarecer, em depoimento nesta quarta-feira, às 10h, os depósitos bancários feitos por suas empresas nas contas das agências DNA e SMP&B, de propriedade do empresário Marcos Valério. Dantas é controlador do Grupo Opportunity, com participação nas operadoras de telefonia Telemig Celular, Amazônia Celular e Brasil Telecom. As três empresas depositaram mais de R\$ 140 milhões nas contas das agências de publicidade DNA e SMP&B. A reunião será em conjunto com a CPI dos Correios.

Em depoimento à CPI dos Correios, o chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, revelou que havia sugerido ao comitê de campanha de Luiz Inácio Lula da Silva que não aceitasse doações de Dantas porque "sua postura ética poderia ser rompida facilmente".

## CPI escolhe vice e vota requerimentos

A CPI do Mensalão deve escolher seu vice-presidente também nesta terça-feira, às 10h.

O titular do posto, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), renunciou semanas atrás, logo no início dos trabalhos da comissão. Ele foi acusado na ocasião de mentir para a CPI sobre a origem de uma lista apócrifa com nomes de sacadores das contas do publicitário Marcos Valério.

A partir das 11h30, a CPI ouviu João Cláudio Genu, assessor da liderança do PP na Câmara.

Ainda na terça-feira, os parlamentares da CPI deverão votar alguns dos 479 requerimentos de



Amir Lando preside a CPI do Mensalão, tendo a seu lado o relator, deputado Abi-Ackel. Na agenda, Daniel Dantas e João Genu

Daniel Dantas vive às turras com os dirigentes dos fundos de pensão de estatais Funcef, Previ e Petros, seus sócios, com quem ele disputa o controle nas operadoras de telefonia.

A CPI do Mensalão também ouviu nesta terça-feira, às 11h30, o depoimento de João Cláudio Genu, chefe de gabinete do líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR), apontado como um dos operadores do "mensalão". Segundo Marcos Valério, Genu sacou R\$ 4,1 milhões das contas de suas agências de publici-

quebra de sigilos e de convocação de depoimentos. Entre eles, os requerimentos convocando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, o publicitário Duda Mendonça, os ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken, a deputada licenciada e secretária de Ciência e Tecnologia de Goiás, Raquel Teixeira (PSDB-GO), e os deputados que constam da lista dos que estão passíveis de cassação por quebra de decoro parlamentar – exceto Pedro Corrêa, já ouvido.

A comissão deve analisar também vários pedidos de aca-

dade. À Polícia Federal, Genu confirmou que fazia saques nas contas de Valério na agência do Banco Rural em Brasília sob as ordens do então tesoureiro do PP, o contador Pedro Ribeiro Barbosa, morto em julho de 2004. A operação teria o aval da cúpula partidária. Após pegar o dinheiro, Genu o levava para a tesouraria no partido, num dos anexos do Senado. Dali, o montante era rateado, segundo disse à PF, entre Janene, Pedro Corrêa e o ex-líder da bancada na Câmara Pedro Henry (MT).

reação do ex-deputado Roberto Jefferson com dirigentes do PT, inclusive José Dirceu e Delúbio Soares, bem como entre os publicitários Duda Mendonça e Marcos Valério.

Os parlamentares da CPI estão considerando ainda a possibilidade de contratar uma empresa de auditoria para analisar documentos e confrontar dados.

Eles não estão satisfeitos com a lentidão no exame das informações coletadas. O resultado alcançado até agora teria impedido, inclusive, a apresentação de um relatório parcial na semana passada.

## Genoino responsabiliza Delúbio Soares

O depoimento de mais de quatro horas do ex-presidente do PT José Genoino à CPI do Mensalão decepcionou a maioria dos presentes à reunião da última terça-feira. Os motivos foram a ausência de informações relevantes, as evasivas, a defesa intransigente do governo e de todos os integrantes do PT e a negativa de assumir responsabilidade sobre as finanças do partido, embora tenha sido presidente da agremiação por 30 meses.

Ele disse não ter informações sobre dívida "não contabilizada" do PT com o empresário Marcos Valério. Segundo Valério, o valor da dívida hoje é de R\$ 100 milhões.

Genoino afirmou que o ex-ministro da Casa Civil, deputado José Dirceu (PT-SP), não participava de negociações do partido e nem sabia dos contratos de empréstimos feitos com os bancos BMG e Rural. Mas confirmou ter avalizado dois empréstimos do partido com aqueles bancos, no valor total de R\$ 5,4 milhões. Admitiu ter assinado os documentos, mas em total confiança ao então tesoureiro do PT, Delúbio Soares. Segundo Genoino, essas dívidas estão na prestação de contas do partido e deverão ser honradas.

Genoino afirmou que, ao assumir a pre-

sidência do PT, explicitou à Executiva que representaria o partido na relação com os diretórios, com a sociedade, com o Congresso, com outros partidos e com o governo na discussão da agenda política. "Deixei claro que não cuidaria de negociações de cargos, dos assuntos financeiros e da administração interna", relatou. Ele não teria cobrado relatórios sobre a situação financeira e administrativa do partido.

O ex-presidente do PT negou a existência do "mensalão", supostamente pago a deputados para votar projetos de interesse do Executivo. "Nunca discutimos troca de apoio por dinheiro", garantiu.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) disse que o depoimento era perda de tempo. Para ele, não é possível que Genoino não soubesse do esquema de Marcos Valério.

– Apesar de tanto desconhecimento, não hesitou em dizer que o PT nunca comprou votos – observou.

O senador José Jorge (PFL-PE) também considerou estranho que Genoino, sabendo tão pouco das finanças, não hesitasse em garantir que "o PT não tem dinheiro no exterior, nem faz pagamentos em dólar". Devido



José Genoino foi evasivo, mas recebeu solidariedade ante o ataque de Bolsonaro

às evasivas do depoente, o presidente da CPI, senador Amir Lando, chegou a propor o encerramento da reunião.

Embora tenha elogiado a atuação política de Genoino, o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), criticou sua omissão. "Foi um erro político", avaliou.

– Nada justifica o que foi feito pela tesouraria do PT. É inaceitável – disse Mercadante.

## Jair Bolsonaro leva coronel para intimidar Genoino e causa confusão

O clima morno do depoimento do ex-presidente do PT José Genoino à CPI do Mensalão foi quebrado quando, para intimidá-lo, o deputado Jair Bolsonaro (PFL-RJ) levou para a sala o coronel do Exército Lício Augusto Ribeiro, causando confusão. O militar prendeu Genoino em 1972, durante a Guerrilha do Araguaia.

Ribeiro foi reconhecido pelo líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), que rapidamente avisou ao presidente da CPI, senador Amir Lando. Lando expulsou o coronel da sala. Integrantes da CPI se sentiram agredidos por Bolsonaro. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou que pedirá sua cassação por quebra de decoro parlamentar.

**CRISE POLÍTICA** Waldomiro teria implantado sistema de corrupção amplo e irrestrito, segundo deputada estadual

# “Bingos pagavam R\$ 1 milhão por mês no Rio”



Com acusações ao ex-deputado federal Carlos Rodrigues (sem partido-RJ), que renunciou ao mandato há apenas uma semana, e ao ex-presidente das Loterias do Estado do Rio de Janeiro (Loterj) Waldomiro Diniz, a deputada estadual Cidinha Campos (PDT-RJ) complementou, em depoimento à CPI dos Bingos, informações sobre esquemas de lavagem de dinheiro e extorsão relacionados aos jogos.

De acordo com Cidinha, R\$ 1 milhão eram arrecadados mensalmente com as casas de bingos para que não houvesse fiscalização dos órgãos competentes. O dinheiro seria dividido entre os grupos de Carlos Rodrigues, ex-bispo da Igreja Universal e ex-dirigente do PL, e de Waldomiro Diniz.

– A vaga de presidente da Loterj seria da Igreja Universal, de nomeação de Carlos Rodrigues, que não poderia indicar alguém da igreja para um cargo relacionado a jogos. Então ele teria se aconselhado com o governador Garotinho, que indicou Waldomiro – expôs.

Segundo a deputada, a presença

de Waldomiro no estado foi um caos, porque “ele implantou um sistema de corrupção amplo e irrestrito, abrindo 13 casas de bingos imediatamente após sua posse no cargo”. Além disso, segundo Cidinha, a Loterj teria firmado um contrato “laranja” no valor R\$ 15 milhões com a agência de propaganda Job, sem que tivesse sido executado qualquer trabalho.

A deputada acusou ainda Carlos Rodrigues de cobrar “mensalão” de R\$ 15 mil de sete deputados estaduais.

– Jorge Dias, ex-funcionário do deputado estadual Valdeci de Paiva, (o Pastor Valdeci, assassinado em janeiro de 2003), acusa Carlos Rodrigues de ser o mandante do crime. Ele disse ter recebido R\$ 150 mil, distribuídos em cheques com laranjas, dos R\$ 1 milhão arrecadados nas casas de bingo. O pagamento foi feito pelo ex-presidente da Associação de Bingos do Rio, José Renato Granado Ferreira, e seria repassado aos grupos de Rodrigues e Waldomiro.

Com relação à morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel,

Cidinha disse que ainda falta investigar Baltazar José de Souza, segundo ela dono da maior frota de ônibus do mundo.

– Não falaram do maior empresário de ônibus de São Paulo, que tem um apetite criminoso: Baltazar José de Souza. Ele também era sócio do maior fraudador da Previdência, César Arrieta, que nós descobrimos na CPI da Previdência, na Câmara Federal (na qual ela atuou como relatora).

A deputada também denunciou a compra de postos de gasolina no ano passado, durante a CPI

da Loterj, na Assembleia Legislativa do Rio, por alguns parlamentares, entre eles o presidente da comissão, Alessandro Calazans, seu colega Domingos Brazão e o deputado federal cassado André Luiz.

Para o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), “a impressão é de que toda essa gangue é uma só, por maior que seja”.

– A questão da lavagem de dinheiro nos bingos é relacionada à máfia dos combustíveis. As pessoas são sempre as mesmas – afirmou.

## Loterj manteve contrato fictício de R\$ 15 milhões com agência Job



Cidinha Campos denunciou esquema de extorsão envolvendo casas de jogos no Rio de Janeiro, citando o nome dos envolvidos

## Doleiro e ex-deputado Rodrigues depõem na CPI

Um dia após as denúncias feitas pela deputada estadual do Rio de Janeiro, Cidinha Campos (PDT), os membros da CPI dos Bingos aprovaram a convocação do ex-deputado Carlos Rodrigues que renunciou ao mandato na semana passada por envolvimento no escândalo do “mensalão”.

Ele e o funcionário da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Jorge Dias, que o acusa de ser o mandante do assassinato do deputado estadual Valdeci de Paiva, serão ouvidos nesta quarta-feira e, conforme o andamento dos depoimentos, poderão ser postos em acareação.

Dias disse à deputada Cidinha que Carlos Rodrigues, em esquema com Waldomiro Diniz, extorquia R\$ 1 milhão das casas de bingo no Rio de Janeiro, para que não houvesse fiscalização.

Antes deles, nesta terça-feira, será ouvido o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, condenado a 25 anos de prisão em três processos sobre lavagem de dinheiro, evasão de divisas e crimes tributários.

Ele já prestou depoimento a

membros da CPI dos Correios, na sede da Delegacia Geral da Polícia Civil em São Paulo. Ele será escoltado pela Polícia Federal.

### Deputado pede para falar aos senadores

Citado no depoimento de João Francisco Daniel – irmão do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel –, o deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) pediu para ser ouvido pela comissão, em requerimento apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC). Ele falará aos membros da comissão na próxima quinta-feira. Greenhalgh representou a Comissão de Direitos Humanos da Câmara nas investigações da morte de Celso Daniel.

A CPI também aprovou a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de João Francisco Daniel e de Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Por acordo, ainda não foi votado o requerimento, de autoria do senador Geraldo Mesquita (PSOL-AC), que pede a convocação do ministro da Fazenda.

## Advogado nega envolvimento com Gtech, mas é desmentido

A quebra do sigilo telefônico do advogado Denivaldo Henrique Almeida Araújo, conhecido como Professor Henrique, possibilitou aos membros da CPI dos Bingos questioná-lo incisivamente sobre sua relação com Enrico Gianelli, ex-advogado da Gtech, e com o vice-presidente da Caixa Econômica Federal, João Carlos Garcia.

Ele trocou pelo menos 100 telefonemas com Gianelli, durante o período que antecedeu o fechamento da renovação do contrato da Gtech com a CEF, entre março e abril de 2003, mas afirmou desconhecer detalhes da negociação. Ele também disse ter conhecido Buratti durante a militância no PT na década de 80, mas afirmou não ter qualquer relação com o caso das loterias.

Ele teria convidado Gianelli a participar de um projeto da

empresa americana Pipe Rudnick destinado a recuperar ativos transnacionais ilícitos, que não teria prosperado.

Quanto às ligações para o vice-presidente da CEF, João Carlos Garcia – 14 somente em 2003 –, Henrique disse que tentou apresentar um *software* desenvolvido pela empresa VWG Tecnologia Ltda., para o combate de fraudes, mas a audiência não aconteceu.

Ele participou ainda de duas audiências públicas realizadas pelo grupo interministerial da Casa Civil que estudava a regulamentação dos jogos em 2003. Disse ter sido acompanhado por dois técnicos da VWG nas audiências. Mas, segundo o coordenador das atividades do grupo interministerial, o procurador licenciado José Levi, Henrique estava acompanhado de dois técnicos da Gtech.

## Polícia Federal ouve sócios de Buratti

Assessores da CPI dos Bingos acompanharam na semana passada a oitiva de quatro pessoas ligadas ao advogado Rogério Buratti na Polícia Federal em Ribeirão Preto, além da viúva de Ralf Barquete Santos, e Vilibaldo Faustino Júnior, sócio da Villimpress. Ouvidos a pedido da comissão, em algumas referências os depoentes contradisseram as afirmações feitas por Rogério.

Um dos pontos ainda sem explicação é a existência de um cheque da BBS Consultores e Associados Ltda – empresa aberta, segundo Rogério Buratti, para que ele recebesse os vencimentos da Leão & Leão – no valor de R\$ 72,9 mil em nome de Renato Buratti, seu irmão, que negou à PF ter recebido, sacado ou endossado tal quantia. Renato foi sócio de Rogério e de Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete do ministro Antonio Palocci, na empresa W Way Informática.

A ex-mulher de Rogério, Elza Buratti, ainda filiada ao PT, disse que foi apenas sócia da empresa BBS. Negou que a empresa tenha recebido qualquer pagamento da Gtech, a multinacional responsável pela operacionalização e processamento das loterias federais no país.

Também disse desconhecer que a BBS tenha participado ou contribuído com alguma “caixinha” para qualquer prefeitura. Ela afirmou ter recebido o minis-

**Parlamentares ouviram em Ribeirão Preto quatro pessoas ligadas a Rogério Buratti**

tro da Fazenda, Antonio Palocci, e sua família, por três vezes em sua casa no ano de 2002 e informou ter ido, na companhia do ex-marido, a sua residência. Mas negou conhecer a viagem ao Panamá, declarada por Rogério à CPI dos Bingos, confirmando apenas a ida de sua família a Portugal.

### Ex-sócio nega propina em Ribeirão Preto

Fundador da Assessorarte ao lado de Luiz Antônio Prado Garcia, Rogério transferiu em 2002 suas cotas na empresa à irmã Rosângela, que afirmou, em depoimento, ter emprestado, entre 2004 e 2005, R\$ 80 mil ao irmão.

Garcia, que é filiado ao PT desde 1989 e foi diretor de Recursos Humanos da prefeitura de Ribeirão Preto em 1993, na gestão do prefeito Palocci, engrossou o rol das negativas com relação à contribuição de “caixinha” para prefeitura e envolvimento com o caso Gtech.

A viúva de Ralf Barquete San-

tos, Elisa Sueli Ribas, negou que seu marido tenha sido amigo íntimo de Rogério, conforme afirmações feitas por esse advogado à CPI. Confirmou ter comparecido a um jantar formal na residência do ministro Palocci, e na casa de Buratti. Afirmou que seu marido não gostava de Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete do ministro da Fazenda, dizendo não saber o motivo dessa possível desavença.

Em 2003, Ralf Barquete, que tinha sido secretário municipal de Palocci, em 2002, foi convidado para assumir o cargo de assessor especial da presidência da CEF. Buratti disse que Barquete foi procurado pela Gtech, mas esse o designou para manter contatos com a multinacional.

Vilibaldo Faustino Júnior, sócio da Villimpress, negou as denúncias do ex-gerente da empresa, Luciano Maglia, de que havia esquema de caixa dois de campanha do PT, com a empresa, em Ribeirão Preto, envolvendo Juscelino Dourado, Donizete Rosa e a Leão & Leão.



CELO AZEVEDO

CRISE POLÍTICA À CPI dos Bingos, Gilberto Carvalho disse desconhecer "caixas dois e três" em Santo André

# Chefe de gabinete de Lula nega corrupção



Gilberto Carvalho, chefe de gabinete da Presidência da República, pode ser novamente convocado pela CPI dos Bingos, que o ouviu na última quinta-feira em reunião reservada. A hipótese surgiu com as negativas de Gilberto Carvalho às denúncias feitas por João Francisco Daniel, irmão do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel. Os senadores da oposição devem apresentar nesta semana requere-

rimento que propõe a acareação dos dois depoentes.

– Nós sugerimos a realização da acareação e ele disse que iria refletir sobre essa possibilidade. Se não houver anuência por parte dele, iremos apresentar requerimento para que haja a acareação – afirmou o líder do PFL, José Agripino (RN).

Na reunião, sem o acesso da imprensa, Carvalho, que depôs por cinco horas acompanhado de advogado, negou ser “mula” do PT, em referência às afirmações de Francisco Daniel de que carregava de Santo André para o Diretório Nacional do partido, em São Paulo, propinas arrecadadas naquele município com empresas de transporte. À época ele era secretário de governo de Celso Daniel.

Ele confirmou ter se encontrado cinco vezes com Francisco Daniel, mas em todas as oportunidades teria tratado de questões relacionadas ao assassinato de Celso

Daniel e às investigações. Negou ter conhecimento de caixa dois, ou de caixa três, assim chamado o desvio que, segundo Francisco Daniel, teria acontecido do total extorquido nas empresas.

## Versão diferente de João Francisco Daniel

Dizendo ter sido convocado para depor em reunião reservada, Carvalho não abriu mão dessa prerrogativa, em função do cargo de chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– O depoimento reservado muitas vezes é bem mais esclarecedor. Além disso, Gilberto Carvalho quis preservar o respeito que tem à família de Celso Daniel – explicou o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Para o senador José Jorge (PFL-PE), o mais natural seria a realização do depoimento de forma aberta, já que as acusações feitas por Francisco Daniel ocorreram desta forma.

Carvalho atestou ter recebido um dossiê apócrifo, no qual havia denúncias do envolvimento de pessoas da administração de Santo André em fraudes. O documento teria sido entregue a Celso Daniel, que, conforme dito por



Efraim Morais (E) e Garibaldi conversam com Tião Viana. Efraim encerrou a reunião após manifestação de Ideli Salvatti

Carvalho aos senadores, não teria dado importância. O assessor de Lula disse que o prefeito “não era homem de fazer dossiê”, como o que foi apresentado por Francisco Daniel à CPI. Ele também teria dito que acredita na versão da Polícia Civil de São Paulo, que define o crime como comum.

– Eu estranhei muito o fato, e disse isso a ele, de que até hoje não tenha processado João Francisco, pois este o estaria calunhando. Ele afirmou que vai estudar a sugestão, mas que até hoje nada fez em respeito à memória de Celso Daniel – relatou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Para alguns senadores, o chefe de gabinete teria tentado desqualificar Francisco Daniel, ao dizer que ele procurava Celso Daniel apenas quando havia algum interesse de uma empresa prestadora de serviço a que estaria relacionado. Mas fez elogios ao outro irmão, Bruno, e a demais membros da família.

Para o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), os depoimentos de Francisco Daniel e Gilberto Carvalho dividem opiniões. “Carvalho foi muito convincente, muito veraz, mas Francisco Daniel emocionalmente sensibilizou a todos”.



Gilberto Carvalho não abriu mão da prerrogativa de reunião reservada

## Senadores discordam sobre necessidade de convocação

Presidente da CPI dos Bingos, o senador Efraim Morais (PFL-PB) rebateu críticas da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que reclamou, em Plenário e na reunião reservada, da convocação do chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

Efraim disse não ver motivos para queixas, uma vez que o depoente foi tratado com respeito pelos parlamentares, teve o pedido de reunião reservada

atendido e, na sua opinião, fez uma “boa oitiva”. Conforme explicou, qualquer pessoa convocada a prestar esclarecimentos a CPIs tem a obrigação de comparecer, independente do partido a que pertença ou da posição social que ocupe.

Para a senadora Ideli Salvatti, “é inadmissível colocar uma pessoa com sua história de vida nessa situação com base em declaração sem apresentação de provas”.

## Delegados reafirmam tese do crime comum

Duas semanas após o depoimento de João Francisco Daniel à CPI dos Bingos, os delegados do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) do Estado de São Paulo que investigaram o caso, Armando de Oliveira Costa e José Mazi, reafirmaram o resultado do inquérito que definiu o crime como comum.

Vítima de extorsão mediante seqüestro, seguido de morte, foi a caracterização dada ao caso pelos delegados, que contestaram as afirmações de que Celso Daniel teria sido vítima de tortura, conforme afirmação do perito Carlos Delmonte. Eles apontaram seis integrantes da Favela Pantanal, na divisa entre São Paulo e Diadema,

como os autores do crime e afirmam não haver qualquer indício de “mando ou encomenda” de sua morte.

No ano passado, os promotores de Santo André que continuaram a investigar o caso apontaram o empresário Sérgio Gomes da Silva, ex-segurança do prefeito conhecido como Sombra, como autor do crime. O inquérito foi reaberto no mês passado a pedido da família e do Ministério Público.

Para os senadores, os depoimentos dos delegados esclareceram parte das dúvidas, mas

suscitaram outras mais. Os membros da CPI questionaram sobre o momento do seqüestro e do assassinato, as marcas de tortura, a participação de Sérgio Gomes no

caso, a morte de seis testemunhas, as declarações dos indicados, entre outras peculiaridades.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse que os delegados restringiram as apurações. “Muitas circunstâncias não foram investigadas, entre elas a corrupção na cidade de Santo André. É preciso analisar tudo para se fazer um mosaico, não se pode ficar só no crime”, disse.

## Votação de requerimentos provoca disputa acirrada

Pela primeira vez na CPI dos Bingos, governistas e oposicionistas não aprovaram por unanimidade requerimentos de convocação. Por duas votações, com empate, o presidente da comissão, senador Efraim Morais (PFL-PB), deu seu voto de Minerva, acatando a ida ao colegiado do chefe de gabinete do presidente da República, Gilberto Carvalho, e de Roseana Garcia, viúva do ex-prefeito de Campinas.

Para o senador Tião Viana (PT-AC), está havendo uso político na aprovação dos requerimentos. Ele sugeriu que todas as dúvidas da CPI com relação ao caso Santo André fossem esclarecidas por escrito por Carvalho, o que foi rejeitado pelo relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que propôs a reunião reservada.

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ponderou que a colheita de informações por

escrito já teria acontecido em outras CPIs. Com a reabertura do inquérito que investiga a morte de Celso Daniel, segundo Romeu Tuma (PFL-SP), era necessário ouvir Carvalho sobre seu envolvimento no caso.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), autor do requerimento de convocação de Roseana Garcia, afirmou que não se pode abrir precedentes, tornando algumas pessoas convocáveis e outras não. Roseana pediu para falar à CPI porque o assassinato de seu marido, Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, em setembro de 2001 em Campinas (SP), poderia estar relacionado com as casas de bingos, que à época eram combatidas pelo prefeito.

Foi aprovado ainda o envio de contratos de dez empresas de lixo e limpeza nas cidades de São Paulo, Piracicaba, Santo André e Ribeirão Preto à CPI.

## Requerimentos aprovados

### Depoimentos à CPI

- Ex-deputado federal e ex-bispo Carlos Rodrigues
- Jorge Luiz Dias, funcionário da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro
- Luciano André Maglia, ex-gerente financeiro da Vilimpres, que denunciou esquema de caixa dois de campanha do PT, comandado por Juscelino Dourado e Donizete Rosa
- Donizete de Carvalho Rosa, ex-secretário de governo da prefeitura de Ribeirão Preto
- Hélcio Barbosa Cambraia Júnior, que recebeu recursos da empresa MM Consultoria quando do pagamento da Gtech
- Luiz Cláudio Ferreira Leão, ex-presidente do Grupo Leão

### & Leão

- Roseana Garcia, viúva do ex-prefeito de Campinas Toninho do PT
- Deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP)
- José Pinto de Luna, delegado da Polícia Federal responsável pelo inquérito do assassinato de Celso Daniel

### Depoimentos à Polícia Federal

- José Carlos da Silva, Dario Coelho Dutra e Alvalina Rodrigues Coelho Fontoura, que teriam recebido da empresa MM Consultoria quantias significativas, quando do pagamento da Gtech

### Documentação

- Do Tribunal de Contas da União (TCU), laudo a respeito de questões relacionadas ao

### contrato da Gtech com a Caixa Econômica Federal

- Envio de contratos realizados pelas prefeituras de São Paulo, Ribeirão Preto, Piracicaba e Santo André com as empresas SPL Construtora e Pavimentadora Ltda., SP Limpeza Urbana S.A. (Sampalimp), Rotadali Serviços e Limpeza Urbana, LOT Operações Técnicas Ltda., Heleno e Fonseca Construtécnica S.A., Cliba Ltda., Enob Ambiental Ltda., Vega Engenharia Ambiental S.A., Qualix Serviços Ambientais Ltda. e Logística Ambiental de São Paulo S.A. (Loga)

### Quebra de sigilos

- João Francisco Daniel, irmão de Celso Daniel
- Juscelino Dourado, ex-chefe de gabinete de Palocci

CRISE POLÍTICA Ministro Nelson Jobim acolhe liminar sob argumento de que parlamentares não puderam se defender

# Liminar suspende cassação de petistas



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, acolheu, na quarta-feira, liminar em mandado de segurança impetrado pelos deputados federais João Paulo Cunha (SP), Josias Gomes (BA), Professor Luizinho (SP), Paulo Rocha (PA), José Mentor (SP) e João Magno (MG), todos do PT. A liminar determinou a suspensão da tramitação de medida disciplinar contra esses parlamentares, encaminhada pela Mesa da Câmara dos Deputados ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, até o julgamento final do mandado de segurança.

Na quinta-feira, o deputado José Dirceu (PT-SP) também obteve liminar do Supremo suspendendo a tramitação do processo disciplinar instaurado contra ele pela Câmara. A decisão foi do ministro Carlos Velloso.

Na justificativa do mandado de segurança, os deputados alegam que o procedimento disciplinar foi instaurado contrariando os princípios da ampla defesa, do devido processo legal e da pre-

sunção de inocência, "já que, ao não fundamentar o envio de representação sem oitiva das partes, presunção de culpa".

Outro argumento usado pelos deputados para justificar a interferência do Judiciário no processo é o fato de não constituir uma questão interna do Legislativo. "O controle jurisdicional de tais atos não ofende o princípio da separação dos Poderes", escreveu Jobim no despacho, citando entendimento do ministro Celso de Mello. O presidente do STF observou ainda que, "ao que tudo indica, não foram observadas as disposições regimentais relativas ao devido processo legal".

O relatório da Comissão de Sindicância da Corregedoria da Câmara dos Deputados sobre o envolvimento de deputados fora aprovado por unanimidade na tarde de segunda-feira. O documento, que tem como relator o deputado Robson Tuma (PFL-SP), apóia a recomenda-



Segundo Nelson Jobim, ato não ofende o princípio da separação entre os Poderes

ção de perda de mandato de 18 deputados, feita pelas CPIs dos Correios e do Mensalão. O relatório deveria então seguir para deliberação no Conselho de Ética, o que foi impedido pelas liminares do Supremo.

Munido da liminar do STF e decidido a contra-atacar, José Dirceu enviou à CPI dos Correios na sexta-feira pedido de providências quanto ao que considera "divulgação ilegal" de dados de seu sigilo telefônico. O deputado diz que seus dados vêm sendo divulgados na imprensa.

## Para Renan, decisão garante direito de defesa

Em reunião na Confederação Nacional da Indústria (CNI) destinada a um debate sobre a Agenda Mínima para a Governabilidade, na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, de

conceder liminar para suspender os processos de cassação de deputados, reforça a necessidade de as investigações serem feitas com garantia do direito de defesa.

– Com a responsabilidade do cargo de presidente do Congresso, afirmo que a decisão do Supremo

Tribunal Federal que suspendeu os processos para o cumprimento de prazo do direito de defesa é constitucional, não fere o princípio da separação dos Poderes. Precisamos aprofundar as investigações dentro do processo legal – declarou.

Na sexta-feira, durante a inauguração do Aeroporto Internacional de Maceió Zumbi dos Palmares, Renan reafirmou, ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o apoio do Poder Legislativo à governabilidade do país.

– Nós dois, juntos, vamos fazer absolutamente tudo, para que o Brasil atravessasse este momento de

crise e de dificuldades e para dar as respostas que a sociedade cobra. Essas respostas serão dadas em curtíssimo espaço de tempo, haja o que houver, para que não tenhamos dúvidas na hora de enfrentar a impunidade – disse.

Renan ressaltou que a única maneira de o Congresso reaver o respeito e a confiança da população é mediante a investigação e a punição das pessoas que precisam ser punidas.

O presidente do Senado lembrou que já conclamou os presidentes e relatores das três CPIs que apuram as denúncias de corrupção a que acelerem as investigações. Além disso, defendeu a agenda mínima e a aprovação da MP do Bem.

### Renan reafirma a Lula apoio do Legislativo à governabilidade do país

## Virgílio: instituições sairão fortalecidas

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), manifestou sua convicção de que o Brasil sairá fortalecido do "teste de fogo" a que estão sendo submetidas suas instituições, principalmente o Congresso. Na sua avaliação, a Câmara dos Deputados funcionou dentro da normalidade, na quarta-feira, embora sem a presença do seu presidente, Severino Cavalcanti, "e cumpriu o que se esperava, votando a cassação do deputado Roberto Jefferson".

– A Câmara mostrou ontem que é uma Casa madura, autônoma e que é capaz de acionar seu mecanismo de autodefesa – assinalou.

Sobre o Poder Judiciário, afirmou Arthur Virgílio, nem mesmo a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, de conceder liminar suspendendo processos de cassação de deputados que tramitam na Câmara, fere aquela instituição da Justiça.

– O direito de defesa deve ser concedido e acredito que isso não interferirá no processo de cassação dos deputados – disse.

## Almeida Lima contesta alegação de deputados

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) avaliou como incorreta a liminar em mandado de segurança concedida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, a deputados federais do PT denunciados ao Conselho de Ética da Câmara por quebra de decoro parlamentar. A medida suspende a tramitação desses processos até o julgamento final do mandado de segurança.

Para o senador, a decisão de Jobim abre uma crise institucional porque representaria a interferência do Poder Judiciário sobre o Legislativo. Ele lembra que a Constituição determina que os Poderes da União são harmônicos e independentes entre si. E cobrou providências do Congresso "para não ser desmoralizado".

Almeida Lima considerou absurda a alegação dos deputados, na fundamentação do mandado de segurança, de que teriam sido privados do direito de ampla defesa. Segundo ele, não há defesa na fase inquisitória e de investigação. Os parlamentares só teriam pleno direito de defesa após a instauração do processo, acrescentou. O senador avaliou ainda que a decisão de Jobim também não condiz com a jurisprudência da Suprema Corte brasileira.

## Câmara cassa mandato de Roberto Jefferson

A Câmara dos Deputados cassou na quarta-feira, em votação secreta, por 313 votos contra 156, o mandato do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). A cassação ocorreu 120 dias depois que ele denunciou, numa entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, que deputados do PP e do PL recebiam "mensalão" para votar com o governo. Além de perder o mandato, Roberto Jefferson teve seus direitos políticos suspensos por oito anos. A votação foi dirigida pelo vice-presidente da Câmara, Thomaz Nonô (PFL-AL), no lugar do presidente Severino Cavalcanti. Houve 13 abstenções, cinco votos brancos e dois nulos.

O relator do processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, deputado Jairo Carneiro (PFL-BA), concluiu que ele não provou que os parlamentares dos dois partidos haviam recebido dinheiro. O relator, no entanto, reconheceu a importância das declarações de Roberto Jefferson para a descoberta de casos de corrupção envolvendo o PT e deputados. Isso, no seu entendimento, não exime Jefferson dos excessos e abusos da inviolabilidade do mandato parlamentar,

os quais, a seu ver, atingiram a honra e a imagem da Câmara.

Foi uma longa sessão, de quase sete horas, com a presença de mais de 90% dos 513 deputados federais. Dois advogados do deputado puderam ocupar a tribuna para defendê-lo, logo depois da leitura do parecer do relator que recomendou a cassação do mandato. Dezenas de deputados manifestaram-se da tribuna, para defender Jefferson ou recomendar a cassação. Partidários do deputado que ocupavam as galerias aplaudiram algumas vezes.

A sessão teve seu momento de destaque quando Jefferson subiu à tribuna para se defender. Ele atacou mais uma vez o ex-ministro José Dirceu e o comando do PT, não poupando com ironias nem mesmo o presidente Lula. Disse que o Congresso "está se ajoelhando" ante o Executivo, principalmente por causa do excesso de medidas provisórias.

– Foi de lá do Planalto que partiu a corrupção – acusou.

Na quinta, os advogados de Jefferson entraram com recurso no STF contra a sua cassação. Eles argumentam cerceamento da defesa e constrangimento em seus direitos.



Roberto Jefferson disse que foi do Planalto que partiu a corrupção e que, em 23 anos de mandato, nunca viu "governo tão corrupto"

## Jefferson Péres: Câmara cumpriu seu papel

Em discurso na quinta-feira, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que a Câmara cumpriu seu papel, cassando o mandato do deputado Roberto Jefferson por ampla maioria. Para o parlamentar, é importante esclarecer o cidadão comum que a Casa não poderia ter agido de forma diferente. Segundo ele, diversas pessoas têm se manifestado contrárias à punição, por considerar que o deputado teria prestado um serviço à nação.

– Ele não fez isso para servir à nação. Participou do esquema de corrupção e, por divergências com membros do governo a respeito do montante destinado a seu partido, resolveu falar.

Além do mais, é réu confesso – argumentou.

O senador criticou também a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, de conceder liminar favorável a seis deputados do PT ameaçados de terem seus mandatos cassados pelo Conselho de Ética da Câmara, dando-lhes o direito de serem ouvidos antes pelas CPIs. Na sua avaliação, teria havido ingerência de um Poder sobre outro.

Jefferson Péres lamentou ainda que Jobim não tenha desmentido rumores de que será candidato à Presidência, argumentando que os atos praticados por ele estão agora sob suspeita.



**CRISE POLÍTICA** Em Plenário, senadores criticam viagem do presidente Lula e apontam inoperância do governo

## Segundo Mão Santa, José Dirceu é o "Catilina da era Lula"

Mão Santa (PMDB-PI) sustentou que o deputado e ex-ministro José Dirceu "é uma espécie de Catilina da era Lula", com uma diferença: o senador romano Catilina conspirava contra a República romana, enquanto José Dirceu conspirava para se eternizar no poder depois do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "mesmo que fosse em uma ditadura como a de Cuba".

O senador Mão Santa leu trechos dos discursos do cônsul romano Cícero (Catilinárias), que levaram Catilina à derrota. E afirmou que, segundo Cícero, o bom orador é aquele que junta

eloquência e sabedoria. – Sabedoria sem eloquência pouco adianta, mas eloquência sem sabedoria prejudica muitíssimo. Lula fala sem sabedoria. Ele vai para um palanque e fala muito, mas sem sabedoria – manifestou. O senador leu ainda parte de uma entrevista do professor Plínio de Arruda Sampaio Jr., do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, à revista *Mundo Jovem*, na qual ele defende a necessidade urgente de se redistribuir renda no Brasil, país que tem "a segunda pior distribuição de renda do mundo, perdendo apenas para Serra Leoa, na África".

## Para ACM, política externa é "fracasso total"

O esforço do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para conseguir uma representação para o Brasil no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) foi classificado como um "fracasso total" pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele afirmou que a pretensão do governo nem sequer fará parte da pauta de debates da Assembléia Geral da ONU em 2005. Antonio Carlos também disse que o procurador-geral da República não necessitaria mais de provas para investigar denúncias de irregularidades contra o presidente Lula. Segundo o parlamentar, o procurador-geral só precisaria solicitar a gravação de entrevista dada por Lula na Guatemala, na qual o presidente confessaria o uso de recursos do fundo partidário para pagamento de passagens aéreas e despesas pessoais.

## Alvaro Dias critica viagem de Lula durante crise

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por fazer viagens internacionais durante a crise política. Para o senador, essas viagens são parte de uma estratégia do presidente para enfrentar a crise. – É uma tentativa de transferir a responsabilidade para o Congresso e para os partidos da base, reduzindo o impacto sobre o PT. Mas é visível a responsabilidade do Executivo, como corruptor – disse. Alvaro pediu que seja votado requerimento de sua autoria solicitando auditoria do Tribunal de Contas da União nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para construção de obras no exterior. O senador leu trechos de um artigo da socióloga Maria Lúcia Victor Barbosa, em que ela critica o presidente pelo lançamento da pedra fundamental da Rodovia Transoceânica.

## "População começa a avaliar fatos da vida real", afirma José Jorge

Em discurso no Plenário, o senador José Jorge (PFL-PE) comentou a 78ª Pesquisa de Opinião Pública Nacional realizada pela Confederação Nacional do Transporte (CNT), segundo a qual 39,1% da população vinculam a origem da corrupção governamental ao Partido dos Trabalhadores, e 49,5% acreditam que o presidente Lula tinha conhecimento da corrupção que as CPIs estão apurando no Congresso. A pesquisa, executada pela empresa Sensus Pesquisa e Consultoria, ouviu 2.000 pessoas em 195 municípios de 24 estados distribuídos pelas cinco regiões do país, no período de 6 a 8 deste mês. Professor licenciado do Departamento de Estatística e Informática da Universidade

Federal de Pernambuco, José Jorge considera que o resultado da pesquisa revela que há um processo de "substituição da fantasia" criada pela propaganda oficial, por uma avaliação efetiva dos fatos da vida real. Na opinião do senador, os dados revelam que, além de abalar o prestígio do Partido dos Trabalhadores e do presidente da República, a crise política atingiu também a auto-estima do brasileiro. A satisfação com o país, informou o parlamentar, desabou 4,5 pontos percentuais, passando de 40,3% para 35,8%. José Jorge afirmou ainda que até mesmo a economia, "um dos pilares do otimismo oficial, começa a dar sinais de que está prestes a ruir à vista dos cidadãos".

# Agripino aponta paralisia do governo



O senador José Agripino (PFL-RN) manifestou preocupação com a paralisia do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Ao notar a ausência nos corredores do Congresso da legião de prefeitos que costumava vir a Brasília em busca de saídas para suas reivindicações, Agripino afirmou ter decidido viajar ao interior do Rio Grande do Norte para descobrir o motivo desse desaparecimento.

– Eles me disseram que não têm mais o que fazer aqui em Brasília porque o governo parou. O governo que já ia devagar, quase parando, parou. A crise de credibilidade e de honestidade fez o país estancar – declarou.

Para Agripino, o Brasil está na contramão de outros países, como Argentina, Chile, Turquia e China. O pefelista salientou que, na comparação com esses países, o crescimento da economia brasileira é uma piada.

– O que está acontecendo no Brasil real? O que aconteceu de

novo na educação, na saúde? – indagou.

Agripino também repudiou a apresentação da prisão do ex-governador Paulo Maluf e do seu filho Flávio Maluf como uma "obra de governo". O senador admitiu que Maluf deve pagar, se tiver culpa no cartório, mas se recusou a aceitar que "atirem com pólvora alheia", referindo-se à investigação nas contas pessoais do ex-governador de São Paulo realizada, há vários anos, pelo Ministério Público e pela Polícia Federal.

Na sua opinião, o PT teria toda a autoridade moral para comemorar a prisão de Maluf se tivesse ajudado a instalar a CPI dos Correios e a investigar a atuação de Waldomiro Diniz junto à Casa Civil da Presidência da República. Entretanto, ressaltou Agripino, o partido sempre tentou evitar a investigação de denúncias contra o atual governo.

– O Brasil será passado a limpo, mas não pode demorar



"A crise de credibilidade fez o país estancar", alerta José Agripino

– opinou o parlamentar.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) disse que o Partido dos Trabalhadores não criou nada e lembrou que todas as universidades federais estão em greve. O senador Gilberto Goellner (PFL-MT) advertiu que o setor do agronegócio já parou e pode ser seriamente comprometido.

Já o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) assinalou que, na Bahia, todos querem saber se os culpados pela corrupção serão punidos.

## Almeida Lima quer impeachment de Lula

A abertura de processo de *impeachment* contra o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi defendida em Plenário pelo senador Almeida Lima (PSDB-SE). De acordo com o parlamentar, o processo se justificaria porque Lula sabia da corrupção envolvendo membros de seu governo – como, por exemplo, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu – e também dirigentes da cúpula do Partido dos Trabalhadores.

Almeida Lima acrescentou que, se o presidente não tinha conhecimento, "deve ser interdito por falta de capacidade para gerir os negócios, os interesses e o patrimônio do povo brasileiro". Ele acrescentou que essa interdição, "que se verifica em vários ramos do Direito,



Almeida Lima: o presidente sabia da corrupção envolvendo membros de seu governo

nada mais é do que o próprio *impeachment*.

No entendimento do senador, não há justificativa para a alegação do presidente Lula de desconhecimento das operações

ilícitas praticadas pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, pois o presidente tinha uma convivência muito intensa com Delúbio desde os tempos em que trabalharam juntos na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e nos sindicatos.

Almeida Lima sugeriu ainda a aprovação de um requerimento de informações para determinar se a Agência Brasileira de Informações (Abin) prestou informações ao Planalto sobre Waldomiro Diniz no momento de sua nomeação para o cargo de assessor da Casa Civil. Segundo o senador, caso fique comprovado que a agência não forneceu a Lula "dados sobre a vida criminosa pregressa de Waldomiro, a Abin deve ser colocada abaixo por incompetência".

## Virgílio: governo "corneteia" e não mostra resultado

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi definido como "firinfimfin" pelo senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), em discurso no Plenário. O parlamentar disse que, inventada pelo povo, a palavra corresponde à gestão petista porque significa muito barulho para nenhum resultado.

– Corneteia é o que o presidente Lula sabe fazer – afirmou Virgílio.

Ele criticou a viagem do presidente Lula à Guatemala, na semana passada, para um encontro com o presidente Oscar Berger e governantes de Belize, Costa Rica, Salvador,

Panamá, Honduras, Nicarágua e República Dominicana, quando foi discutida a ampliação dos investimentos brasileiros nos oito países do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) e a oferta da tecnologia necessária para produzir etanol (álcool combustível).

O senador classificou ainda como impressionante a capacidade que o Brasil vem demonstrando, desde 2003, de resistir aos "desatinos e desencontros do governo do PT". Argumentou que nem mesmo durante os períodos mais duros da ditadura militar um presidente se mostrou tão irresponsável e leviano.

Virgílio condenou também o improvisado, a falta de planejamento, o inchaço da máquina pública e o *marketing* exagerado característicos do governo.

– Sem meias palavras e lembrando Lima Barreto, estamos chegando ao triste fim desse Policarpo Quaresma petista – observou.

O parlamentar pediu ainda que fossem incluídos nos Anais do Senado a matéria da jornalista Mônica Bérnago, publicada pela *Folha de S. Paulo* no dia 11, sobre a suposta agenciadora de modelos Jeany Mary Corner, e a entrevista do vice-presidente, José Alencar, ao mesmo jornal.

**CRISE POLÍTICA** Parlamentares discutem os desdobramentos políticos, para o país, dos escândalos de corrupção

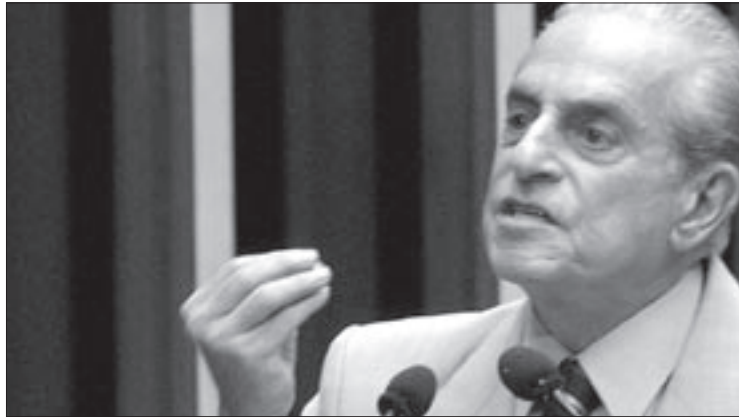
# Senadores avaliam que crise pode ser benéfica



O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que, apesar da crise, o Congresso Nacional vive uma “oportunidade ímpar” de se salvar perante a opinião pública. Ele atentou para o fato de que “o país não perdeu inteiramente sua consciência moral e tem avançado na cidadania”.

– O momento é de crise, mas é também de esperança. O Congresso está cumprindo seu dever. As CPIs estão funcionando e a cassação de Roberto Jefferson também mostra que estamos trabalhando dentro da lei – disse. Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) chamou a atenção para a necessidade de as CPIs buscarem também os corruptores, que, para ele, estão fora do Legislativo.

Já Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que se surpreendeu ao ouvir recentemente a recomendação de uma pessoa “para fuzilar esse



**Ramez Tebet considera que Congresso vem cumprindo seu dever com trabalho de CPIs e cassação de Roberto Jefferson**

peçoal e só perguntar depois o que eles fizeram”, numa referência às denúncias de corrupção envolvendo deputados federais. – Eu entendo essa revolta, mas é preciso que se diga que a maioria dos parlamentares é honesta. Por isso, o Congresso não pode deixar de punir os envolvidos em corrupção – sustentou.

## ACM alerta para desconfiança popular

Para Antonio Carlos Magalhães

(PFL-BA), o Congresso tem o dever de reabilitar a política brasileira, advertindo que, se não o fizer, corre o risco de ficar tão desacreditado quanto o governo Lula. Ele citou pesquisas que apontam a demanda do povo por “uma posição firme e decidida” da parte do Congresso.

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), afirmou que, apesar da grave crise política, as instituições estão fortes e a democracia consolidada.

## Iris de Araújo pede pressa para reforma política

Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu aos deputados federais que aprovem o mais rápido possível a minirreforma eleitoral de emergência, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). A senadora disse acreditar que a aprovação é o primeiro passo para uma reforma política que viabilize um sistema partidário “alicerçado em projetos, idéias e ideais”.

– No Brasil, formam-se partidos sem representação popular, artificiais, desprovidos de referencial

histórico. O interesse é, quase sempre, durante os processos eleitorais, servirem como siglas de aluguel – argumentou.

Em aparte, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) lembrou que, para que as novas regras prevaleçam já nas eleições do próximo ano, a minirreforma deve ser aprovada ainda este mês.

## Almeida Lima vê abuso em pesquisas

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou que, ao se discutir a re-

formulação da legislação eleitoral frente às denúncias de corrupção, não se deve esquecer o papel que desempenham as pesquisas eleitorais. Para o senador, a corrupção não é o único fator que tem levado à ilegitimidade do processo eleitoral, que permanecerá enquanto não se restringir a divulgação das pesquisas.

Apesar de considerar a pesquisa um instrumento científico válido, Almeida Lima pondera que ela não conscientiza o eleitor em nada e tem um custo altíssimo.

## Fátima Cleide se diz vítima de calúnias em Rondônia

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que está sendo alvo de calúnias em virtude de sua firmeza no combate à corrupção em seu estado. A senadora colocou à disposição da Justiça seus sigilos bancário, fiscal e telefônico.

– Difamação, ameaças e perseguições jamais arrefeceram minha luta. Não temo e não aceito ser rotulada pejorativamente por ninguém. Muito menos por pessoas de moral reconhecidamente comprometida com a corrupção e a ilegalidade em Rondônia.

Fátima Cleide lembrou que foi a autora do requerimento que criou a Comissão Externa do Senado destinada a acompanhar as investigações de denúncias de corrupção envolvendo o governador Ivo Cassol e deputados estaduais. O processo, informou, culminou com a suspensão pelo Diretório Regional do PT, do qual é presidente, da filiação de três dos quatro deputados do partido na Assembleia Legislativa de Rondônia.

– Os grupos tradicionalmente

em disputa pelo poder no meu estado tentam, com mentiras a meu respeito, encobrir os verdadeiros inimigos de Rondônia: o governador Ivo Cassol e seus tolos parceiros.

## Serys: PT vai fazer “faxina da corrupção”

Serys Shessarenko (PT-MT) contestou o que considera críticas radicais contra o Partido dos Trabalhadores, suscitadas por atos de correligionários que comprometeram o nome do partido. Conforme assegurou, as atuais denúncias de corrupção estão sendo investigadas pelo governo petista com rigor, fato que nunca teria ocorrido em governos anteriores.

– O governo do PT vai fazer a faxina da corrupção neste país.

Serys ressaltou que o governo, por meio da Polícia Federal, estourou recentemente esquema de corrupção em Mato Grosso que envolveria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

## Ideli: prisão de Maluf teve “valor emblemático”

Ideli Salvatti (PT-SC) registrou, em discurso no Plenário, que a prisão do ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf e de seu filho, Flávio Maluf, teve “valor emblemático”. Embora admita ser difícil a permanência deles na prisão, a senadora salientou que o fato ficará na história.

– Prender políticos notáveis por desvio de dinheiro público não é usual, mas acontece – observou.

Ideli disse esperar que as prisões brasileiras deixem de abrigar apenas “pobre, preto e prostituta”, como diz o ditado popular, e passem a acolher também aqueles que cometeram crimes contra o patrimônio público.

Segundo a senadora, as pri-

sões de Paulo e Flávio Maluf foram requeridas pelo procurador da República Pedro Barbosa Pereira Neto, que vê “razões de sobra” para que eles permaneçam presos por um longo período, como o desvio de US\$ 161 milhões do Tesouro municipal. Ambos respondem a ação por crime financeiro, evasão de divisas, corrupção passiva e desvio de dinheiro público.

Ideli Salvatti ressaltou ainda a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal para repatriar os recursos desviados e destacou convênio com o Departamento de Recuperação de Ativos Financeiros e de Cooperação Jurídica Internacional, que permitiu o rastreamento dos recursos no exterior.

## ACM critica atuação da Polícia Federal ao prender Flávio Maluf

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) protestou contra a forma como foi conduzida a prisão de Flávio Maluf, filho do ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf. Segundo ele, a Polícia Federal fez questão de algemar Flávio para que a cena fosse mostrada na televisão.

O senador esclareceu que não tinha nada contra a prisão dos Maluf, mas condenava o modo como Flávio foi tratado, “que afronta a cidadania”.

ACM também criticou a proposta feita pelo presidente Lula na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) de cobrar uma taxa de US\$ 2 nas passagens aéreas internacionais para combater a fome.

– O presidente, por sua falta de competência, expõe a nação ao ridículo, quando até agora nada fez para acabar com a fome.



**Antonio Carlos Magalhães: ação da Polícia Federal afronta cidadania**

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou que a iniciativa de cobrança de uma taxa teria partido do presidente francês Jacques Chirac e do presidente do Chile, Ricardo Lagos. Suplicy acrescentou que Lula não fez nada além de se associar ao apelo desses chefes de Estado.

## TSE concede registro definitivo para o PSOL

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) concedeu, por unanimidade, na última quinta-feira, o registro definitivo do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), 29ª agremiação política com registro nacional no Brasil. O relator do recurso, ministro Gilmar Mendes, afirmou em seu voto que a documentação encaminhada ao tribunal pela senadora Heloísa Helena (AL), presidente nacional do PSOL, atendeu de forma regular às exigências legais. Os documentos comprovaram o apoio à legalização da legenda por mais de 450 mil eleitores de dez estados do país. A partir de agora, o partido poderá participar de eleições e da propaganda eleitoral gratuita, e receber recursos do Fundo Partidário. No pleito de 2006, a legenda terá o número 50. (Com informações do TSE)

## Situação de Severino é debatida também no Senado

A situação do presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, agravou-se na última semana, com a apresentação, pelo empresário Sebastião Buani, de um cheque nominal de R\$ 7,5 mil a uma secretária do deputado. Buani acusa Severino de, na condição de 1º secretário, ter cobrado propina mensal para garantir o funcionamento de seus restaurantes na Câmara.

Severino afirmou que o dinheiro se destinava a um de seus filhos, já falecido, que se candidatara a deputado estadual. Com isso, isolou-se politicamente e já admite afastar-se da Presidência da Câmara.

Na opinião do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), Severino foi estimulado pelo governo a não deixar o cargo. Durante a 2ª Conferência Mundial de Presidentes de Parlamentos, realizada na sede da ONU, em Nova York, e que contou com a presença de

Severino e de Arthur Virgílio, como representante do Senado, o líder tucano observou a disposição do presidente da Câmara em se licenciar do cargo. Arthur Virgílio disse estranhar a mudança de opinião.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que Severino não tem condições de continuar presidindo a Câmara. Para ele, a permanência de Severino no cargo prejudica não só a instituição, mas toda a sociedade. Já Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a projeção dada às denúncias. Na sua opinião, porém, Severino deve ser substituído. Seu colega de partido, Jorge Bornhausen (SC), defende a cassação do mandato do presidente da Câmara.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, não quis comentar as denúncias, mas assinalou que o Congresso, apesar da crise, não parou, e tem cumprido seu papel.

## COMISSÕES

## Aprovado na CCJ, cadastro positivo pode baratear crédito

Segundo o Banco Mundial, uma medida considerada importante para um bom ambiente de negócios é a existência de informações que facilitem a concessão de crédito a juros menores. Um passo nessa direção foi tomado esta semana pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou substitutivo do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao projeto (PLS 263/04) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que cria um cadastro positivo nos sistemas de proteção ao crédito, com informações sobre bons pagadores.

Segundo Tourinho, a proposta melhora a qualidade de informações sobre crédito, que atualmente só trazem informações negativas sobre a pessoa pesquisada, ou seja, os inadimplentes.

– O projeto contribuirá para aumentar a segurança na concessão de crédito e diminuir as taxas de juros atualmente cobradas no mercado – explicou Tourinho.

Pela proposta, a empresa que fornecer produtos ou serviços que envolvam financiamento ao consumidor deve informar os sistemas de proteção ao crédito não apenas quem deixou de pagar, mas também quem cumpriu suas obrigações. Conforme o substitutivo, que vai à análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o consumidor deve autorizar o uso das informações em cadastros.

A aprovação do projeto de Tourinho acontece dias depois de o Ministério da Fazenda (MF) apresentar na Câmara o Projeto de Lei 5.870/05 com objetivo semelhante. Segundo o governo, essa distorção do sistema brasileiro de proteção ao crédito faz com que os cadastros negativos ameacem o pagamento dos créditos.

– As pessoas poderão se beneficiar com o registro dos pagamentos feitos pontualmente, como ocorre na imensa maioria dos casos. Isso permitirá ao mercado diferenciar melhor bons de maus pagadores – argumenta o MF.



Fernando Bezerra é o presidente do grupo que vai, em 30 dias, estudar medidas para melhorar ambiente de negócios com ajuda de Ramez Tebet



## Senado quer facilitar relação das empresas com burocracia

Na mesma semana em que estudo do Banco Mundial (Bird) colocou o Brasil entre os países onde há mais dificuldades para empresários, o presidente do Senado, Renan Calheiros, criou grupo de trabalho para estudar a desburocratização e a simplificação das relações do Estado com o cidadão e as empresas.

Presidido pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e composto pelos senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o grupo tem 30 dias

para apresentar propostas.

O estudo do Bird observa dez indicadores: abertura de empresas, contratação e demissão de funcionários, adesão a contratos, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores, fechamento de empresas, obtenção de alvarás de funcionamento, comércio internacional e sistema de impostos. Ou seja, se o Brasil quiser subir no *ranking* do Bird, terá que atacar esses problemas.

Um dos fatores analisados pelo Bird é o prazo médio para abrir uma empresa. No Brasil, ele é de

152 dias e, caso fosse reduzido para 25 dias, por exemplo, o estudo estima que o país poderia crescer 2,2 pontos percentuais a mais, o que levaria à diminuição do desemprego e da pobreza.

O relatório dá outra dica importante: o segredo dos países que facilitam negócios não está na desregulação do mercado, e sim numa regulação eficiente, com leis simples, que tornem as empresas mais produtivas.

Outros dados reforçam a urgência dessas medidas. Os custos da construção civil são entre 280% e 425% maiores em fun-

ção da burocracia, segundo a Câmara Brasileira de Construção, e as vendas externas brasileiras são 16% menores por conta do excesso de regulamentação, de acordo com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

– Enquanto o Brasil não fizer reformas, não dará segurança para investidores e não sairá dessa posição, que é um vexame – afirmou o senador Osmar Dias (PDT-PR), referindo-se à 119ª posição obtida pelo país no *ranking* do Bird, de um total de 155 países.



Luiz Otávio e Rodolpho Tourinho completam o grupo criado pelo presidente do Senado: excesso de papelada e impostos será objeto das análises



## Mudanças devem combater informalidade e corrupção

Um fator que faz com que o Brasil esteja mal colocado no *ranking* do Bird é o sistema de impostos. A carga tributária, analisa o estudo, representa 147,9% do lucro bruto das empresas, abaixo apenas dos africanos Serra Leoa e Burundi.

A pesada carga aliada à burocracia empurra cerca de 12 milhões de pequenas empresas para a informalidade no Brasil. Pior ainda é a constatação do Bird de que essa realidade não leva a ganhos em termos de arrecadação ou serviços públicos.

Nos países escandinavos, os impostos sobre empresas são entre moderados e altos (cerca de 50% do lucro bruto das empresas), mas, com bons serviços sociais, apenas 8% da economia desses países é informal.

– A burocracia tem custado

muito ao Brasil em termos de emprego e custo de produção. É um item pesado do custo Brasil – afirmou Ney Suassuna (PMDB-PB), alertando que a burocracia contamina a relação entre o cidadão e o Estado com práticas que facilitam a corrupção.

## DESARMAMENTO

## TSE reduz tempo de propaganda sobre o referendo no rádio e na TV

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reduziu em um minuto o tempo da propaganda gratuita das frentes parlamentares pró e contra o desarmamento no rádio e na televisão: serão nove em vez de dez minutos em cada uma das duas inserções diárias no rádio e na TV. A propaganda começa no dia 1º de outubro e vai até o dia 20. A consulta acontece em 23 de outubro.

Com a alteração, a propaganda será exibida das 7h às 7h09 e das 12h às 12h09 no rádio, e das 13h às 13h09 e das 20h30 às 20h39 na televisão.

Os nove minutos diários serão divididos entre as duas frentes (Por um Brasil Sem Armas e Pelo Direito da Legítima Defesa), alternando a ordem de apresentação.

As emissoras devem reservar 20 minu-

tos diários, inclusive aos domingos, para inserções de 30 segundos das duas frentes, a serem distribuídas ao longo da programação veiculada entre 8h e 11h.

O TSE definiu ainda que o resultado oficial do referendo só começará a ser divulgado às 20h (horário de Brasília) do dia da votação. A decisão observa o início da vigência do horário de verão (16 de outubro), o que fará com que a votação em alguns locais do Norte acabe três horas mais tarde que no Sul e Sudeste. Resultados oficiais não podem ser divulgados antes do fim da votação.

Antes disso, o TSE fornecerá informações como comparecimento, abstenção, votos brancos e nulos onde a votação estiver encerrada. (Com Ascom/TSE).

## Proibição às armas tem ampla vantagem em pesquisa CNT-Sensus

Pesquisa CNT-Sensus divulgada na semana passada revelou que 72,7% dos entrevistados pretendem votar a favor da proibição do comércio de arma de fogo no referendo de 23 de outubro. Os que disseram ser contra a proibição somaram 24,1%.

Dos entrevistados, 50,6% consideraram que a proibição vai diminuir a violência, enquanto 44,8% acreditam que isso não vai acontecer caso a proibição venha a se concretizar. Encomendada pela Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a pesquisa ouviu 2.000 pessoas de 6 a 8 de setembro, em 24 estados.

Um dos favoráveis ao “sim” à proibição no referendo é o senador Marco Maciel (PFL-PE). No entanto, ele considera importante a população estar consciente de

que a medida não é suficiente para acabar com a violência no país e que é preciso estudar outras saídas para o problema.

Embora pesquisas demonstrem que a campanha pelo desarmamento tem contri-

buído para reduzir o número de mortos por armas de fogo, Maciel pede que a luta pela redução da criminalidade não perca de vista questões socioeconômicas, entre elas a preservação da família, o combate às drogas, investimentos em saúde, educação e políticas de inclusão social.

Maciel criticou a fórmula do referendo por acreditar que o Congresso poderia ter apontado uma solução adequada.

– Os congressistas conhecem bem o assunto. A consulta popular tem desvantagens, pois elimina o debate – analisou.

**As duas frentes dividirão nove minutos em duas inserções diárias na TV**

**Marco Maciel adverte que medida não vai acabar com a violência**

**ORÇAMENTO** Queda da alíquota do Imposto de Renda e compensação a estado exportador devem polemizar discussões

# Ministro discute Orçamento de 2006



Apesar da crise política que ameça comprometer a tramitação do projeto da lei orçamentária do próximo ano, a audiência pública com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, programada para esta terça-feira, às 15h, marca o início das discussões sobre o Orçamento do último ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também nesta semana devem ser escolhidos os relatores setoriais e conhecidos os vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já que o prazo para sanção presidencial termina nesta terça.

A primeira tarefa do Congresso será corrigir as falhas já identificadas na proposta elaborada pelo Executivo. Os parlamentares devem discutir com o ministro a nova mensagem presidencial que deve ser encaminhada pelo governo, refazendo os cálculos de arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) com base na alíquota vigente de 27,5%. A mensagem original subtraiu R\$ 2,9 bilhões na projeção de receita desse imposto, segundo o relator do Orçamento, deputado Carlito Merss (PT-SC).

As previsões elaboradas pela área econômica consideraram que a alíquota máxima do IRPF cairia para 25% a partir de janeiro do próximo ano, com base na



Paulo Bernardo (E), ministro do Planejamento, participa de audiência que abre discussões sobre proposta orçamentária

Lei 10.828, de dezembro de 2003. Merss conversou com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, no mesmo dia em que o Congresso recebeu a proposta do Executivo, 31 de agosto passado. Segundo o relator, Rachid esclareceu que a polêmica Medida Provisória 232, transformada na Lei 11.119/05, prorrogou a alíquota de 27,5% por prazo indefinido.

No entanto, há dúvidas dentro do próprio governo sobre a aplicação dessa lei que reajustou a tabela de desconto do IR na fonte. Entidades como o Instituto Brasileiro de Planejamento Tribu-

tário (IBPT) já se manifestaram contrárias à interpretação de Rachid. Gilberto Luiz do Amaral, que preside o IBPT, lembra que a elevação da alíquota máxima do IRPF de 25% para 27,5% foi feita no bojo do fundo de estabilização fiscal e teria validade somente para 1998.

Essa alíquota, continua Amaral, foi prorrogada nos anos seguintes, sendo que a última prorrogação, editada em 2003, tem prazo de validade até 31 de dezembro de 2005. O presidente do IBPT sustenta que a Lei 11.119 não revogou o artigo 3º da Lei 9.250/95, que estabelece as alíquotas do IRPF em 15% e 25%.

Para contornar a polêmica, Carlito Merss defende a construção de um acordo com a oposição que viabilize a votação de um projeto, ainda este ano, para atualizar mais uma vez a tabela de desconto na fonte do IRPF, na faixa de 13%, além dos 10% já concedidos, com o objetivo de compensar a inflação verificada no governo Lula. O relator diz que há disposição da área econômica de discutir o assunto e que ele é favorável à adoção de um número maior de alíquotas. "Já tivemos sete no passado. Era uma tabela mais justa", avalia.

## Congresso terá tarefa de corrigir falhas na proposta do governo



Relator do Orçamento, o deputado Carlito Merss defende acordo para atualização da tabela de desconto do IRPF na fonte

## Maior participação das comissões permanentes

Mesmo sem alterar as regras que disciplinam o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO), o relator deve propor algumas novidades na tramitação do Orçamento de 2006. A principal delas é engajar as comissões permanentes das duas Casas no processo de discussão e de elaboração dos relatórios setoriais, com o intuito de identificar as prioridades que devem ser apoiadas pelas emendas feitas no Congresso.

– Vamos fazer reuniões conjuntas para adequar os recursos disponíveis às políticas setoriais

– explica o relator, deputado Carlito Merss.

Esse é um procedimento que vinha sendo sugerido no âmbito das mudanças da Resolução n.º 1 do Congresso, que resultaram numa nova queda-de-braço entre os parlamentares das duas Casas sobre as emendas de bancada apresentadas pelos senadores.

Diante disso, o deputado Ricardo Barros (PP-PR) apresentou projeto de resolução à Mesa do Congresso, que ainda aguarda parecer do Senado. Por enquanto, estão valendo os dispositivos da Resolução n.º 1.

## Recursos devem ser adequados às prioridades das políticas setoriais

## Aperto fiscal permanece no último ano de governo

A economia que será feita pelo governo para reduzir o peso do seu endividamento, no montante de R\$ 49,1 bilhões, se aproxima do valor das chamadas despesas discricionárias, de R\$ 55,7 bilhões, sendo a parte do orçamento fiscal e da seguridade social onde o Executivo tem autonomia sobre os gastos.

Esse esforço fica mais claro quando analisado proporcionalmente. O superávit primário corresponde a 6,13% do Orçamento efetivo, enquanto a participação das despesas discricionárias é de 6,96%, como demonstra o quadro abaixo, elaborado pelas consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara.

O primeiro documento técnico sobre o projeto da lei orçamentária de 2006, divulgado na semana passada, resume a proposta enviada pelo Executivo. Do Orçamento total de R\$ 1,6 trilhão, os consultores deduziram

R\$ 834,6 bilhões referentes ao refinanciamento da dívida, que tem efeito meramente contábil na peça orçamentária, e os investimentos das estatais, de R\$ 41,7 bilhões. O resultado é chamado de orçamento efetivo, no montante de R\$ 800,4 bilhões, conforme descrito no quadro.

De acordo com a nota técnica, os gastos com juros nominais líquidos serão proporcionalmente menores do que neste ano – embora haja um grande crescimento quando se analisa a despesa bruta com juros. Os R\$ 113,4 bilhões previstos para 2006 correspondem a 5,3% do PIB, enquanto a despesa líquida deste ano deve alcançar R\$ 127,1 bilhões, ou 6,51% do PIB. O consultor José Rui Gonçalves explica que esse resultado se deve à trajetória declinante da taxa básica de juros (Selic). A expectativa é que ela caia para a média de 16,5% em 2006.

## ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL PARA 2006

| Descrição                                               | R\$ bilhão |
|---------------------------------------------------------|------------|
| Orçamento efetivo                                       | 800,4      |
| Despesas financeiras (exceto refinanciamento da dívida) | 277,0      |
| Transferências a estados e municípios                   | 84,8       |
| Despesas primárias                                      | 389,5      |
| Obrigatórias [333,8]                                    |            |
| Pessoal e encargos sociais [99,0]                       |            |
| Benefícios previdenciários [159,6]                      |            |
| Outras [75,2]                                           |            |
| Discricionárias [55,7]                                  |            |
| Resultado primário (*)                                  | 49,1       |

Fonte: Mensagem PLO 2006

(\*) Considerado o Projeto Piloto, o resultado é de R\$ 52,4 bilhões

## Estados exportadores pressionam por indenização

O governo deixou para o Legislativo administrar a pressão dos governadores na busca de recursos para indenizar as isenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) concedidas aos exportadores. A proposta orçamentária de 2006 não trouxe qualquer projeção de gastos para compensar os estados exportadores, reeditando a mesma pendência que ocorreu no projeto de lei deste ano, quando coube ao Congresso encontrar R\$ 3,79 bilhões para ressarcir os cofres estaduais.

A justificativa do ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, transmitida à imprensa na semana passada, é de que havia dúvidas em relação ao montante a ser compensado no próximo ano. Ele informou que discutirá o assunto em audiência pública com os parlamentares. Entretanto, encontrar recursos para essa finalidade não será uma tarefa fácil diante do aperto fiscal programado para 2006, mesmo sendo um ano de disputa eleitoral.

A alternativa deve ser mais

uma vez lançar mão da reestimativa de receita, como fez o senador Romero Jucá (PMDB-RR) no ano passado, quando foi relator do Orçamento. O deputado Carlito Merss pretende apaziguar os ânimos dos governadores reservando parte da receita reestimada pelo Congresso.

Para tanto, ele aposta que o bom desempenho da economia neste segundo semestre empurre o PIB acima dos 3,4% projetados para 2005, reforçando a arrecadação federal do exercício e as previsões para o próximo ano. Na opinião do relator, esse é o único jeito para acomodar as pressões por recursos orçamentários, como a demanda por compensações pela aplicação da Lei Kandir.

Em uma avaliação de mais longo prazo, Merss propõe que os parlamentares e o governo rediscutam a legislação que estipulou indenizações aos estados exportadores. "A Lei Kandir é semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal. Todos elogiam, mas não querem cumpri-la", compara o relator.

## Gastos com a Lei Kandir

|        |                                         |
|--------|-----------------------------------------|
| ▶ 2003 | R\$ 3,78 bilhões                        |
| ▶ 2004 | R\$ 3,29 bilhões                        |
| ▶ 2005 | R\$ 3,79 bilhões (orçado no ano)        |
| ▶ 2005 | R\$ 2,52 bilhões (executado até agosto) |

MEIO AMBIENTE Projeto sobre gestão florestal tem elogios do governo e ONGs e críticas de técnicos e indígenas

# Fonte de renda ou ameaça à floresta?



O projeto de lei que estabelece regras para a exploração sustentável das florestas brasileiras (PLC 62/05) volta a ser debatido nesta terça-feira, em meio a críticas de técnicos do Ibama e de lideranças indígenas, e o apoio do Ministério do Meio Ambiente e de organizações não-governamentais, que consideram as regras em discussão uma alternativa para deter os desmatamentos e a grilagem de terras públicas, especialmente na Amazônia Legal.

Embora o projeto do Executivo esteja tramitando em regime de urgência, o relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RO), adiantou que em seu parecer, que deverá ser votado amanhã, propõe mudanças para evitar que "a Amazônia fique vulnerável".

– As concessões devem ser aprovadas caso a caso pelo Senado Federal e nas faixas de fronteira a decisão deve caber ao Conselho de Defesa Nacional – defende o senador.

O projeto está sendo discutido em sessões conjuntas da CCJ e das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e

de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta precisa ser votada pelas comissões até o dia 22, quinta-feira, de acordo com o presidente da CMA, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO). Caso contrário, seguirá para o Plenário sem o relatório das três comissões. Os relatores do projeto na CAE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), e na CMA, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), já se manifestaram a favor do projeto.

## Regra para concessão será rígida, diz secretário

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco, fez a defesa do projeto na audiência pública realizada na semana passada. Ele afirmou haver um equívoco "quando se fala que o projeto trata apenas da exploração florestal".

– A vocação de cada área de floresta será analisada a partir de sua relevância ambiental. Se esse atributo não estiver configurado, poderemos pensar na sua exploração, que não será necessariamente voltada para a extração de madeira – garantiu Capobianco. Ele enfatizou que as regras serão claras, no sentido de que não haverá concessões em áreas onde populações tradicionais já exerçam atividades econômicas.



Ao lado de Jefferson e Quintanilha (C), o secretário Capobianco esclarece os critérios para a concessão

"Esses grupos serão apoiados em seus projetos pelo governo", assinalou o secretário.

Capobianco defendeu a criação do Fundo Nacional de Florestas, previsto na proposta, afirmando que os recursos ajudarão a fiscalizar a execução dos programas. "Trinta por cento dos recursos do fundo irão para o município, 30% para o estado que gera os produtos florestais e 40% para o Ibama, para fiscalização e apoio às pequenas propriedades em áreas de florestas", explicou o ambientalista.

## Analista do Ibama teme destruição da mata tropical

O analista ambiental do Ibama Paulo José Prudente manifestou na audiência pública a preocupação dos servidores do instituto com o projeto de gestão florestal. Dados apresentados por ele mostram que o projeto transforma 47% da superfície amazônica – cerca de 235 milhões de hectares ocupados por terras públicas ou devolutas, correspondentes a 15 vezes a área do Acre – em florestas públicas, passíveis de exploração madeireira, sob o regime de concessões.

Prudente acredita que a proposta esvazia o poder do Ibama ao criar o Serviço Florestal Brasileiro. "O SFB não passa de uma agência reguladora disfarçada de autarquia, com a função básica de gerir concessões florestais e desempenhar outras funções, hoje atribuídas ao Ibama."

Experiências semelhantes aplicadas em outras partes do mun-

do, de acordo com o analista, não apresentaram bons resultados. Prudente citou as Filipinas, onde o governo arrecadou apenas 16,5% do total previsto com a terceirização da exploração florestal, e a Malásia, onde o índice foi de 38%. "Essa forma de exploração gerou o desaparecimento de grande parte das florestas tropicais de países asiáticos, como nesses dois países, que são os principais produtores mundiais de madeira tropical", afirmou.

Prudente disse ainda que os técnicos do Ibama lutaram pela redução do prazo do contrato de concessão, que de acordo com o projeto do Executivo era de 60 anos. "A Câmara concordou em diminuir para 40 anos, mas ainda é muito longo", ponderou.

Para ele, "qualquer tipo de concessão deveria ser feita dentro de unidades de conservação", o que facilitaria a fiscalização.

## Experiências feitas em países da Ásia não registram bons resultados



ARISTIDES NETO / IBAMA-PA

Foto aérea mostra devastação na Terra do Meio, no Pará: analista teme ainda mais danos à floresta

## Principais pontos do projeto

**Formas de gestão** - Hoje existem duas formas de manejo em terras públicas: a produção florestal comunitária e a gestão direta do Estado, em unidades de conservação específicas (florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável). O projeto prevê concessões para manejo florestal a empresas privadas.

**EIA/Rima** - Os procedimentos necessários às concessões deverão ser acompanhados de licenciamento ambiental.

**Período** - O prazo máximo da concessão será de 40 anos, com reavaliação de todo o sistema depois dos primeiros cinco anos.

**Soberania** - Apenas empresas ou pessoas jurídicas nacionais poderão participar das licitações.

**Regras de transição** - Os órgãos ambientais e fundiários vão averiguar o andamento dos planos de manejo legalizados até a data em que a lei entrar em vigor. Caso haja irregularidades técnicas ou em relação à posse da área (grilagem), os planos poderão ser mantidos até que seja realizado processo licitatório na área.

**Populações tradicionais e locais** - O Plano Anual de Outorga Florestal (Paof) de uma área deverá prever zonas de uso restrito destinadas às comunidades locais antes de autorizar a concessão.

**Serviço Florestal Brasileiro (SFB)** - Deverá atuar como gestor do sistema e fomentar o desenvolvimento florestal.

**Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)** - Os recursos do fundo deverão ser investidos em: pesquisa; assistência técnica; recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores; proteção e conservação.



## Indústria defende manejo e elogia postura de ONGs

Em defesa da concessão para exploração de madeira, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, Justiniano Queiroz Neto, afirmou que o produto representa 8% das exportações brasileiras (R\$ 6,7 bilhões/ano). "Ou nós começamos a explorar a madeira por meio de planos de manejo, ou as áreas ainda intocadas serão destruídas com a expansão da fronteira agrícola", sentenciou. Queiroz elogiou a posição das ONGs que apóiam o projeto, como o Instituto Sócio-Ambiental (ISA). "Esses segmentos estão mais amadurecidos e entendem que a atual situação não vai contribuir para a preservação."

## "Vai levar mais de 50 anos para a floresta crescer"

Ex-diretor do Parque Indígena do Xingu, o índio Piracumã, da tribo dos ivalapitis, discorda da forma como está sendo feito o debate sobre a gestão florestal. "Os índios precisam ser ouvidos, mas não foram convidados para esta audiência pública", reclamou Piracumã, que assistiu ao debate.

– A floresta está pequena, e o restinho que ainda está preservado precisa de proteção.

Segundo ele, enquanto a população do parque cresce a cada ano – hoje já são 5 mil índios divididos em 60 aldeias, o dobro da população registrada há 20 anos –, as plantações de soja cercam o parque, colocando em risco as nascentes formadoras do rio Xingu, que corta a reserva de sul a norte.

Piracumã considera que há alternativas para a exploração

racional de florestas, além da concessão para projetos de extração da madeira. "A floresta em pé pode ter maior valor econômico se for investido no extrativismo, por exemplo, ou no ecoturismo", sugeriu, depois de lembrar que "os índios conhecem bem a mata e sabem que ela garante a vegetação, a umidade e a perenidade dos cursos d'água". De acordo com Piracumã, os índios estão apreensivos com a possibilidade de o projeto ser aprovado pelo Senado, embora com o apoio de organizações não-governamentais.

O Parque Indígena do Xingu, criado pelos irmãos Villas Boas na década de 50, em Mato Grosso, reúne índios de várias etnias e tornou-se mundialmente conhecido pela sua preservação e diversidade cultural.

## COMISSÕES

# Discriminar portador de HIV pode ser crime

A discriminação contra portadores do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e doentes de Aids poderá constituir crime, punível com detenção de um a quatro anos, além de multa. A tipificação de delitos dessa natureza foi aprovada na quarta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O colegiado acolheu substitutivo do senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) a projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Conforme a proposta de Serys (PLS 51/03), estará sujeito a punição quem negar emprego ou trabalho, exonerar ou demitir de cargo ou emprego, segregar no ambiente de trabalho ou escolar, recusar ou retardar atendimento de saúde ou divulgar a condição de portador do HIV ou de doente de Aids com o intuito de ofender-lhe a dignidade. Na mesma pena incorre quem recusar, procrastinar, cancelar ou segregar a inscrição ou impedir que permaneça como aluno o portador de HIV em creche ou estabelecimento



Arthur Virgílio ofereceu substitutivo a projeto de Serys Slhessarenko

de ensino de qualquer grau. A matéria será votada em turno suplementar.

A Comissão de Justiça também aprovou parecer do senador Magno Malta (PL-ES) favorável a projeto de lei (PLS 382/03) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece percentual de cargos e empregos públicos reservados a pessoas portadoras de necessidades especiais. O projeto garante aos deficientes a nomeação

para os cargos a que têm direito "alternadamente com os não-portadores de necessidades especiais", e determina para eles a gratuidade na inscrição em concursos públicos. A proposta foi encaminhada para a análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na mesma reunião, a CCJ rejeitou, depois de longa discussão, substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a proposta de emenda à Constituição do senador

Maguito Vilela (PMDB-GO) que dispõe sobre a incorporação e a transferência das atribuições dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos estados.

Ainda na mesma reunião, a comissão acolheu requerimento do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) para envio de congratulações à Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação, que se comemoram no dia 25 de setembro.

## Crimes contra bens culturais

Projeto aprovado na quinta-feira pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) inclui no rol dos crimes contra o patrimônio cultural as condutas atentatórias às manifestações populares de reconhecido valor cultural. Hoje, já é considerado crime o ato de danificar, inutilizar ou deteriorar bens culturais brasileiros tombados ou protegidos por lei, ato administrativo ou decisão judicial. A proposta, de autoria da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), amplia o conceito de bem cultural, incluindo as manifestações populares. A punição ao infrator será de seis meses a dois anos de detenção.

A proposta (PLS 47/04) também considera crime, com pena de prisão de um a três anos, atos contra bens de valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental. Também na quinta-feira, a CAS rejeitou emendas apresentadas em Plenário, pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), a projeto (PLS 226/04) que regulamenta as profissões de enólogo e de técnico em enologia. A proposta é de autoria dos senadores

gaúchos Sérgio Zambiasi (PTB), Paulo Paim (PT) e Pedro Simon (PMDB).

Na mesma reunião, foi aprovado requerimento dos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Paulo Paim que convoca realização de audiência pública no próximo dia 29, em Salvador, com o objetivo de discutir questões ligadas à mulher negra e às religiões de matriz africana. O objetivo do debate é instruir projeto de iniciativa de Paim que cria o Estatuto da Igualdade Racial.

### Projeto de Roseana Sarney amplia conceito de patrimônio cultural

## Exigência de creche em assentamento rural

Os órgãos federais que executam programas de reforma agrária poderão ser obrigados a construir creches nos assentamentos rurais. Projeto com essa previsão, de autoria do senador Luiz Pontes, foi aprovado na quarta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A relatora da proposta, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), salientou ainda que a medida beneficia as crianças ao antecipar seu ingresso na escola. "As creches contribuem grandemente com as mulheres do meio rural, que podem trabalhar sem prejudicar a escolaridade dos filhos em idade escolar, muitas vezes impedidos de estudar para cuidar dos irmãos menores", acrescentou.



Mulheres poderão trabalhar no meio rural sem prejudicar educação dos filhos, diz Serys

A CRA aprovou também projeto da Câmara que destina produtos apreendidos por irregularidade na comercialização, mas em condições próprias para consumo, a programas de segurança alimentar e de combate à fome.

## CCJ vai opinar sobre assinatura básica

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) encaminhou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na terça-feira, projeto de lei que proíbe a cobrança de assinatura básica dos serviços telefônicos fixo e móvel. O relator da proposta, senador Delcídio Amaral (PT-MS), recomendou o exame de constitucionalidade e juridicidade do projeto, pois, na hipótese de aprovação, poderá haver quebra de contratos de concessão já assinados com as

operadoras de telefonia.

A proposta foi sugerida pela Associação Comunitária de Chonin de Cima (MG) à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que apresentou o PLS 91/04 para proibir que as prestadoras de serviços telefônicos cobrem

do consumidor qualquer valor que ultrapasse a tarifa correspondente ao efetivo consumo. A pedido do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), a CI enviou também à CCJ o PLS 112/05, de autoria do então senador Francisco Pereira, que reconhece o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) como órgão executivo rodoviário da União. Já o PLS 172/05, de Sérgio Zambiasi (PTBR-MS), que proíbe a utilização do

asbesto/amianto, foi rejeitado pela CI em decisão terminativa.

O relator, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), explicou que estudos realizados na única mina de amianto explorada no Brasil – em Cana Brava (GO) – não detectaram amostras de amianto do tipo anfíbio, que é prejudicial à saúde.

### Infra-Estrutura quer exame prévio de projeto que veda cobrança

## Concessionária de rodovia deve prestar contas pela Internet

As empresas concessionárias de rodovias deverão divulgar na Internet as receitas obtidas pelos pedágios e as despesas feitas com a manutenção das estradas sob sua responsabilidade. A medida consta de projeto (PLS 211/05) do senador João Capiberibe (PSB-AP) que recebeu na terça-feira parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A matéria será encaminhada agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Foi aprovado pela CE, em decisão conclusiva, o Projeto de Lei 154/05, de autoria de Paulo Paim (PT-RS), que autoriza o Poder Executivo a federalizar a Universidade da Região da Campanha, localizada em Bagé (RS). Segundo o senador, a proposta apenas convalida o "fato consumado" da federalização da instituição de ensino.

A comissão aprovou ainda parecer favorável a 12 proje-



Iniciativa de João Capiberibe recebeu parecer favorável da Comissão de Educação

tos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão. Na presidência da reunião da CE, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) concedeu vista coletiva de quatro projetos de lei. Entre eles, encontra-se o PLS 279/03, de Delcídio Amaral (PT-MS), que torna obrigatório o cadastro dos titulares de contas de correio eletrônico.

## Suplicy quer adiamento da decisão do Cade sobre suco de laranja

Por requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai encaminhar ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) pedido para que seja adiado o julgamento do processo de compra das operações de produção de suco de laranja da Cargill pelas empresas Citrosuco e Cutrale.

Para Suplicy, a manifestação do órgão – que analisa as aquisições e fusões de empresas – deve ser antecedida de exame mais aprofundado das denúncias de cartelização no setor de suco de laranja.

O requerimento também pro-

põe que sejam encaminhados ao Cade as notas taquigráficas de audiência pública realizada em setembro, no Senado, quando foram debatidos os problemas dos produtores.

A audiência foi organizada pela CAE e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Embora convidados, os representantes da indústria faltaram ao debate. Nela, os produtores de laranja denunciaram ações comerciais prejudiciais combinadas entre os quatro maiores fabricantes de suco, que dominariam mais de 80% do mercado no país. A Citrosuco e a Cutrale estão entre as líderes do setor.

## COMISSÕES

## Preocupação com presença dos EUA no Paraguai

A Representação Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul decidiu na quinta-feira enviar à embaixada do Paraguai uma manifestação de preocupação diante das notícias a respeito da cooperação militar deste país com os Estados Unidos. A decisão foi anunciada pelo presidente do colegiado, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), após aprovação de requerimento apresentado pelo deputado Dr. Rosinha (PT-PR).

Na mesma reunião, foi aprovado parecer favorável ao projeto de lei – cujo relator foi o próprio Dr. Rosinha – que autoriza o Brasil a doar R\$ 20 milhões ao Paraguai para “a modernização da administração tributária e aduaneira e a redução de desequilíbrios locais”.



Sérgio Zambiasi preside a Representação Brasileira da Comissão do Mercosul

Zambiasi demonstrou preocupação com o tema logo na abertura da reunião, quando anunciou a distribuição, aos parlamentares presentes, de um clipping a respeito da aproximação entre o Paraguai e os Estados Unidos. Ele citou nota atribuída a órgãos de informação das Forças Armadas brasileiras de que militares norte-americanos já estariam abrindo pistas de pouso no Paraguai, perto da fronteira com o Brasil.

Ainda segundo a Representação Brasileira da Comissão do Mercosul, o vice-presidente paraguaio, Luis Castiglioni, teria classificado como “ideal” o uso da cooperação militar como moeda de troca para a assinatura de acordo de livre comércio entre seu país e os Estados Unidos. O secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, visitou o presidente paraguaio, Nicanor Duarte, em agosto.

A recente aproximação do Paraguai com os Estados Unidos, na opinião de Dr. Rosinha, já começa a refletir-se nas discussões a respeito da criação do futuro Parlamento do Mercosul. Nas últimas reuniões, relatou, os paraguaios passaram a exigir que seu país tivesse no Parlamento regional o mesmo número de parlamentares que países maiores, como Brasil e Argentina.

## Plano deve estimular o Tumucumaque

Os municípios no entorno do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, vão ser beneficiados por estímulos previstos em projeto que institui plano de desenvolvimento regional para a área. De autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), a proposta foi aprovada na quinta-feira em reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), ao fim de debate que evoluiu para a decisão de realizar no colegiado uma ampla discussão sobre os grandes parques de conservação do país.

A unidade, de 3,9 milhões de hectares, representa 27% do território do Amapá. O projeto de Sarney (PLS 107/04), relatado pelo senador César Borges (PFL-BA), estabelece tratamento preferencial, por parte de instituições de assistência técnica e de crédito federais, bem como das que recebam recursos da União, a programas e empreendimentos ecologicamente sustentáveis localizados nos municípios do parque. Os empreendimentos poderão receber desconto de 50% nos juros normalmente cobrados.



De autoria de José Sarney (D), proposta de desenvolvimento do parque foi aprovada na reunião da CDR na quinta-feira

Sarney, que foi à reunião da CDR acompanhar a discussão da matéria, lembrou que o governo comprometeu-se a realizar uma série de obras nas vilas e cidades do parque, como compensação pelos impedimentos criados ao desenvolvimento de atividades produtivas em seus limites. Salientou, porém, que os investimentos nunca se concretizaram.

Os argumentos de Sarney estimularam o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), ex-governador do Amazonas, a criticar o “modismo” da criação de reservas e parques. Segundo Mestrinho,

depois da criação das unidades, ninguém cuida delas, que ficam entregues ao completo abandono.

## Avança a profissão de turismólogo

Venceu mais uma etapa o projeto que regulamenta a profissão de turismólogo, a ser exercida por profissionais com curso superior ou profissionalizante de Turismo. A CDR aprovou também parecer favorável à matéria originada na Câmara. O PLC 24/03 irá agora ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde receberá decisão terminativa.

## PT indica Saturnino para substituir Cristovam na CRE

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) decidiu indicar o senador Roberto Saturnino, do Rio de Janeiro, para presidir a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ele deve substituir o atual presidente, Cristovam Buarque (DF), que se desligou esta semana do partido, alegando divergências políticas que se acentuaram com a crise deflagrada pelas denúncias sobre movimentação de recursos arrecadados via caixa dois por grupo de parlamentares e membros da direção do PT.

A indicação de Saturnino foi referendada durante reunião, na manhã de quarta-feira, em que estiveram presentes dez dos 12 senadores que compõem a bancada. Para assumir o cargo, o senador fluminense precisará ter seu nome confirmado pelos membros da CRE, em eleição secreta ainda a ser marcada. O PT ocupa a presidência da comissão por força de acordo partidário vigente para o biênio que termina este ano.

Na mesma reunião, a bancada petista decidiu solicitar que fossem marcadas reuniões com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Secretaria de Relações Institucionais, Jaques

Wagner, como informou o líder Delcídio Amaral (MS). Com Palocci, deverão ser abordados assuntos referentes à liberação de recursos de emendas parlamentares. Com Wagner, será um encontro político, mas os parlamentares não adiantaram qual assunto discutirão na reunião.

## Aprovadas indicações de embaixadores

A CRE também aprovou, na quinta-feira, a indicação dos diplomatas Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas, para embaixador do Brasil no Líbano, e Dante Coelho Lima, para assumir a embaixada brasileira na Sérvia e Montenegro. Foi também aprovada a indicação de Fausto Martha Godoy para ocupar, cumulativamente, o cargo de embaixador no Paquistão e no Afeganistão. As indicações serão submetidas ao Plenário.

A CRE apresentou ainda parecer favorável ao projeto de resolução do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que institui o Grupo Parlamentar Paraguai-Brasil. A proposta tem a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os poderes legislativos dos dois países (PRS 69/05).

## Troca se deve à saída de Cristovam, por divergências, do partido

## Em discussão, destino de dinheiro do Fust

Se os R\$ 4 bilhões já arrecadados para o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) ainda estão nos cofres públicos a culpa não é do esforço do governo para produzir superávit, disse na quarta-feira o secretário de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações, Joaílson Barbosa. O problema, afirmou, está na indefinição a respeito do modelo de aplicação dos recursos.

– O Ministério das Comunicações não fez o seu dever de casa, que seria o de definir claramente como ocorreria a utilização do dinheiro do Fust – admitiu Barbosa durante audiência pública conjunta realizada pelas subco-



Luiz Cláudio Rosa, João Tranchesi Jr. e Joaílson Barbosa ao lado de Flávio Arns (D), que presidiu a audiência pública

missões de Ciência e Tecnologia e de Cinema, Teatro e Comunicação Social – ambas vinculadas à Comissão de Educação (CE).

Segundo o secretário, o ministério está “trabalhando fortemente” no modelo de aplicação dessas verbas e espera concluir a tarefa até o final do ano. Ele disse não ter notícia de contingenciamento de recursos do Fust. Informou que ainda não há projetos ou “arcabouço legal” para que se tornem realidade os programas

de universalização de telecomunicações e de inclusão digital.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) se disse surpreso com a informação de Barbosa. Ele observou que era “opinião corrente” no Senado

que o Fust não foi colocado em prática por causa do esforço de produção de superávit nas contas públicas. “Agora vemos que não é bem assim”, afirmou Saturnino.

Ao presidir a audiência, o senador Flávio Arns (PT-PR) disse esperar que até dezembro o governo encontre a fórmula para dar início à aplicação dos recursos do Fust. Na sua opinião, “já está passando da hora” de encontrar uma solução para o problema.

## Conselho debate convergência tecnológica

A Constituição de 1988 e a legislação em vigor não regulamentam de forma eficaz os setores de telecomunicação, radiodifusão e informática, pois não prevêm o fato de que os serviços prestados por empresas desses ramos muitas vezes estão inter-relacionados. A observação foi feita pelo conselheiro Roberto Wagner durante a primeira parte da audiência pública “Convergência Tecnológica dos Meios de Comunicação”, realizada na manhã de segunda-feira pelo Conselho de Comunicação Social (CCS), órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Segundo Wagner, os constituintes não poderiam prever o rápido avanço tecnológico dos anos subsequentes à promulgação da Constituição.

– Há ausência de procedimentos legais que regulamentem com mais precisão esse avanço tecnológico. A Constituinte separou, em 1988, as

empresas de telecomunicações das de radiodifusão e de informática. Hoje, com a tecnologia, é impossível separar a atuação desses três setores e, por isso, o conselho vai se debruçar para resolver essa dificuldade jurídica – disse Roberto Wagner.

A possível fusão entre a Sky e a DirecTV – ambas TVs por assinatura via satélite – foi motivo de polêmica no CCS. Antônio de Pádua Telles de Carvalho, vice-presidente executivo da Rede Bandeirantes e representante das empresas de televisão no CCS, afirmou que a fusão levará ao monopólio do setor por uma grande empresa estrangeira: a NewsCorp, comandada pelo empresário Rupert Murdoch.

Francisco Araújo Lima, consultor jurídico da Globo, argumentou que a fusão é necessária para que as empresas não fechem as portas no país – a Globo era a principal acionista da Sky no Brasil.

## PLENÁRIO

# Brasil perdoa dívida de Moçambique

O Plenário do Senado aprovou projeto de resolução que autoriza o governo brasileiro a assinar contratos que representam o perdão de 95% da dívida de Moçambique. De um total de US\$ 331,6 milhões, o Banco de Moçambique só pagará US\$ 16,5 milhões, em 17 anos.

Moçambique é um dos países para os quais a Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou renegociação de dívida com descontos, por causa de suas dificuldades econômicas. Dos 19,4 milhões de habitantes, 70% vivem em extrema pobreza. O PIB em 2001 era de apenas US\$ 3,6 bilhões. O país figura entre os mais pobres do mundo, sendo o 168º no ranking de desenvolvimento humano das Nações Unidas.

Os senadores acolheram ainda um pedido do presidente da República para que a União dê aval a um empréstimo de US\$ 60 milhões do Banco Nórdico de

Investimento (NIB) ao BNDES. O crédito faz parte de um acordo firmado com o NIB, pelo qual a instituição repassa empréstimos ao BNDES e, em troca, é reconhecido como instituição financeira multilateral apta a operar no Brasil. O dinheiro será emprestado a firmas que apresentem interesse vinculado aos países nórdicos.

## Crédito para agenda de crescimento sustentável

Também foi aprovada resolução que autoriza o governo federal a tomar empréstimo de US\$ 12,1 milhões junto ao Banco Mundial, a serem usados no projeto de assistência técnica ao Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável (Pace). Trata-se de um programa que envolve vários ministérios e busca promover uma agenda de reformas microeconômicas que complementam os ajustes da economia.



Projeto aprovado pelo Plenário do Senado determina o perdão de 95% da dívida do país africano

ROSEWELT PINHEIRO

## Aprovado acordo entre Brasil e Israel

O projeto de decreto legislativo relativo a convenção entre Brasil e Israel para evitar a dupla tributação e a evasão de divisas foi aprovado em turno único pelo Plenário do Senado. A matéria vai agora a promulgação.

Segundo o relator da matéria (PDC 372/05), senador Marcelo Crivella (PL-RJ), a convenção irá ajudar a dinamizar as relações de cooperação entre Brasil e Israel.

O Senado acolheu ainda memorando de entendimento entre Brasil e Rússia sobre cooperação no domínio de tecnologias militares de interesse mútuo, celebrado em 2002. A matéria vai à promulgação. O

relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Marco Maciel (PFL-PE), considerou o acordo uma nova era nas relações entre os dois países. Também foi acolhido o projeto (PDL 366/05) referente a acordo entre as nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre a concessão de vistos de múltiplas entradas para pessoas indicadas por instituições públicas e privadas.

Outro entendimento aprovado (PDL 368/05) trata da cooperação cultural entre Brasil e Vietnã, que deverão desenvolver atividades que contribuam para aumentar o conhecimento recíproco sobre suas culturas.

## Mais controle na prescrição de anabolizantes

O Senado acolheu emenda da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a projeto da Câmara que retira dos dentistas a possibilidade de prescrever medicamentos contendo substâncias anabolizantes, restringindo essa prerrogativa apenas aos médicos. Como a matéria (PLC 66/04) foi modificada por essa emenda, de autoria do senador Augusto Botelho (PDT-RR), volta para exame dos deputados.

Também foi aprovada a redação final do projeto que torna obrigatória a identificação do corretor nos registros de escrituras públicas de compra e venda de imóveis. O projeto (PLC 38/04), proveniente da Câmara, recebeu alterações no Senado. A identificação do corretor deverá conter seu endereço, o número no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Jurídica (CNPJ) e no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), além do valor dos honorários.

## Saúde para crianças e adolescentes

Vai a sanção presidencial o projeto aprovado na quinta-feira pelo Senado, que altera o *caput* do artigo 11º da Lei 8.069/90 (que trata do Estatuto da Criança e do Adolescente), substituindo a expressão “atendimento médico” por “atendimento integral à saúde”.

Segundo o relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE), a aprovação do projeto (PLC 42/05) contribuirá para que crianças e adolescentes tenham direito a um atendimento integral à saúde. “É a garantia do direito a atendimento médico, odontológico, psicológico, fisioterápico e de

outras áreas que lidem com a saúde”, afirmou.

O Plenário do Senado acolheu ainda o projeto que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), incluindo pais de alunos como possíveis instituidores de escolas comunitárias, na forma de cooperativas. A matéria (PLC 21/05) segue para sanção presidencial.

O matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), na Comissão de Educação (CE). Segundo Raupp, a LDB havia omitido os pais de alunos entre os que podem formar processos para criação de cooperativas educacionais.

## Paraná terá universidade tecnológica

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (Cefet-PR) será transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, segundo projeto aprovado pelo Senado. A matéria (PLC 35/05) vai a sanção presidencial.

A instituição tem 12 mil alunos e 1.300 professores, distribuídos pelas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Me-

dianeira, Pato Branco, Cornélio Procópio e Dois Vizinhos.

– O Cefet, em 96 anos, já prestou muitos serviços relevantes e continuará prestando com a nova condição – disse o senador Osmar Dias (PDT-PR).

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) falou do esforço na área da educação e apontou a ampliação dos *campi* das universidades federais.

## Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o senador José Sarney (PMDB-AP) foram agraciados com a Medalha do Mérito Marechal Floriano Peixoto pelo governo de Alagoas, na quinta-feira, durante solenidade que comemorou o 188º aniversário da emancipação política daquele estado. Também recebeu a condecoração o presidente da Infraero, Carlos Wilson.

A medalha foi oferecida pelo governador Ronaldo Lessa, na sede do governo, em Maceió. Segundo Lessa, a homenagem é concedida àqueles que, de alguma maneira, tenham honrado “sua terra e seu povo”.

## Curtas

### AEROPORTO -

Juntamente com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os senadores Teotônio Vilela (PSDB-AL) e José Sarney (PMDB-AP) participaram nesta sexta-feira da inauguração do Aeroporto Internacional Zumbi dos Palmares, em Maceió. Na solenidade estavam também o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Carlos Wilson, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli. Ao custo de R\$ 217 milhões, o novo aeroporto tem capacidade para receber até 1,2 milhão de passageiros por ano.

## Parlamentares do Kwait discutem com Renan crise política brasileira

Uma delegação de parlamentares do Kwait, chefiada pelo presidente do Parlamento daquele país, Jamal Hussein Al-Umar, e acompanhada pelo embaixador no Brasil, Hamood Al-Roudhan, foi recebida em audiência pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. No encontro, Jamal Hussein se mostrou curioso sobre a crise política que o Brasil vem enfrentando. Renan explicou os esforços que o Congresso tem feito para investigar as denúncias de corrupção e para realizar as reformas necessárias não apenas na área política, como também na econômica. O parlamentar e o embaixador kwaitianos assinalaram a necessidade de incrementar as relações políticas, diplomáticas e comerciais com o Brasil e convidaram Renan para visitar o Kwait.

## Em debate, Agenda Mínima para a Governabilidade, proposta pela CNI

Em reunião na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Renan Calheiros debateu a Agenda Mínima para a Governabilidade, proposta pela entidade. Renan afirmou que o Senado e o Congresso estão de portas abertas para discutir a agenda. Ele ressaltou que a chamada MP do Bem – a medida provisória que reduz a tributação sobre diversas áreas do setor produtivo – é um ponto importante da agenda mínima.

Outra questão urgente, para Renan, é a dívida das prefeituras com a Previdência Social, o que vem impedindo os municípios de receber recursos estaduais e federais.

JANE ARAÚJO



## ORDEM DO DIA

## Tião Viana aponta avanço na educação superior

O senador Tião Viana (PT-AC) registrou em Plenário, na segunda-feira, a expansão do ensino universitário no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o senador, esse resultado se deve a incentivos a programas como o Universidade para Todos (ProUni), que financia estudantes carentes em faculdades privadas.

Tião Viana disse que o país conta hoje com mais nove universidades federais, sendo seis novas instituições e três consorciadas com estabelecimentos já existentes, como as universidades do ABC e do Triângulo Mineiro.

– Isso é muito para um país que não conseguia consolidar novas universidades devido a problemas como a falta de recursos – afirmou.

O petista destacou ainda a consolidação de 36 *campi* universitários, como o Campus Universitário da Floresta, no



Tião Viana diz que o Brasil conta hoje com nove universidades federais novas

Acre. Ele reconheceu também o trabalho dos ministros da Educação no governo Lula e elogiou a elaboração, pelo Poder Executivo, da proposta de emenda à Constituição (PEC 415/05) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

## Osmar Dias defende inclusão de creches no Fundeb

O senador Osmar Dias (PDT-PR) protestou, na segunda-feira, contra a não-inclusão do financiamento de creches na proposta que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Ele pediu a inclusão da medida na matéria (PEC 415/05), que está em tramitação na Câmara.

Ao deixar as creches fora do Fundeb, o governo teria

transformado o fundo em “um pesadelo” para os municípios brasileiros, avaliou o senador. Se o texto não mudar, disse Osmar Dias, só os municípios paraenses terão que deslocar R\$ 110 milhões de outras áreas para financiar o serviço. Na sua opinião, o Fundeb deve atingir as creches para que elas recebam mais recursos oriundos do governo federal e de incentivos fiscais para empresas.

## Goellner rebate acusações de desmatamento em MT

Ao comentar as acusações de que a expansão do agropêlo em Mato Grosso é responsável pelo processo de desmatamento e devastação no estado, o senador Gilberto Goellner (PFL-MT) declarou, na terça-feira, que muitas dessas críticas são oriundas de países que concorrem com o Brasil na produção agropecuária, tornando-se mais frequentes depois que o país começou a se destacar no cenário mundial.

– Ante a ameaça de uma competição mais acirrada do Brasil, principalmente nos

mercados de oleaginosas e de carnes, passaram a associar a crescente competitividade da agropecuária nacional ao desmatamento na Amazônia, valendo-se, inclusive, desse argumento para tentar impor barreiras não-tarifárias aos produtos brasileiros – frisou.

Por outro lado, Goellner reconhece que o avanço das atividades agrícolas e pecuárias no Brasil afeta, em maior ou menor escala, o meio ambiente. De qualquer forma, observou que qualquer país está sujeito ao problema.



O vice-ministro parlamentar de Relações Exteriores do Japão, Takayuki Suzuki (E), com o senador Marco Maciel (PFL-PE). Em pauta, o fortalecimento dos grupos parlamentares Brasil-Japão e as comemorações do centenário da emigração japonesa para o Brasil.

# Novas alternativas para o uso do FGTS

O Plenário aprovou o projeto de lei do Senado (PLS 586/99) que permite a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de casa própria “em qualquer sistema de financiamento habitacional”. O projeto, de autoria do então senador Carlos Patrocínio, altera a Lei 8.036/90, que trata da movimentação do FGTS. O relator na CAS foi o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). A matéria segue agora à sanção presidencial.

A medida, de acordo com a justificativa do projeto, visa conferir “mais dinamismo à construção civil e, paralelamente, contribuir para o aumento do nível de emprego”.

A legislação anterior previa que a liquidação ou amortização extraordinária do saldo devedor de financiamento imobiliário poderia ser saldada com o FGTS do mutuário, desde que o empréstimo tivesse sido feito no âmbito do Sistema Financeiro da

Habituação (SFH).

### Quitação de financiamento

Ainda de acordo com a proposta, a conta vinculada também poderá ser movimentada na liquidação ou amortização do saldo devedor de financiamento imobiliário concedido por qualquer sistema, desde que o interessado não seja proprietário de outro imóvel.

O interstício de mínimo de dois anos para cada movimentação do FGTS foi mantido no projeto aprovado.

A proposta já havia sido aprovada no Senado e enviada, em 2000, à Câmara dos Deputados, onde foi acolhida com emenda. Assim, o Plenário discutiu agora o parecer de Azeredo, favorável à emenda introduzida pelos deputados, que suprime prazo para que o Executivo regule



Eduardo Azeredo apresentou parecer favorável à emenda da Câmara

a matéria. Segundo o relator, o Supremo Tribunal Federal (STF) considera inconstitucional que o Legislativo fixe prazo para que outro Poder exerça determinada competência.

A proposta causou polêmica. O Conselho Curador do FGTS divulgou nota contrária, enquanto o Ministério da Fazenda manifestou-se a favor do projeto.

## Dona-de-casa pode contribuir menos com INSS

Para ter direito a um salário mínimo de benefício previdenciário, toda dona-de-casa cujo marido tenha renda inferior a R\$ 623,44 poderá contribuir para o INSS pagando apenas 7,65% sobre o salário mínimo (R\$ 22,95 por mês), e não 20%, como permitido para demais segurados facultativos. Isso é o que determina projeto de lei oriundo da Câmara (PLC 25/04) aprovado na quinta-feira pelo Senado. O projeto terá uma segunda votação e, depois, retornará ao exame dos deputa-

dos, pois foi modificado.

O relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR), concordou com a proposta da Câmara, mas sugeriu pequenas alterações. Ele afirma que o atual gasto mínimo de R\$ 60 para as donas-de-casa de baixa renda é muito elevado e que a redução irá atrair para a Previdência Social um grande percentual das mais de 20 milhões de donas-de-casa do país.

A mulher que se encaixar na nova situação terá direito a todos os benefícios (auxílio-doença,

maternidade, entre outros) e sua aposentadoria será de um salário mínimo, desde que tenha atingido a idade de 60 anos. O projeto concede o mesmo benefício a homens que façam apenas trabalho doméstico em casa e cuja mulher tenha no máximo a renda de R\$ 623,44 – apesar de ser de uma situação pouco comum. O senador Augusto Botelho considera que o projeto irá resolver o problema das donas-de-casa separadas de seus maridos ou companheiros estáveis.

## Mozarildo quer apurar denúncias contra Funasa

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que vai ao Ministério Público fazer uma representação contra a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por mau atendimento ao Distrito Sanitário Ianomâmi, criado pelo programa Política de Saúde Indígena no atual governo.

Munido de reportagem do jornal *Brasil Norte*, de Boa Vista, que na edição do último dia 11 publicou uma reportagem sobre a denúncia da Organização Não-Governamental (ONG) Urihi, que trata dos gastos da Funasa para o atendimento ao Distrito Ianomâmi, Mozarildo explicou que o órgão do governo tem gasto mais que o dobro do que gastou ano passado “para, mesmo assim, conduzir de forma cada vez mais caótica o atendimento àqueles indígenas”.

## Aelton protesta contra decisão da União Européia

A decisão da União Européia de rebaixar a carne bovina brasileira quanto ao risco da doença da “vaca louca” levou o governo federal e os produtores a se unirem e recorrerem à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), informou o senador Aelton Freitas (PL-MG). O Comitê Científico Permanente da União Européia decidiu que há risco de ocorrência da doença porque o Brasil importou matrizes do Canadá e dos Estados Unidos em 2002 e 2003. Os Estados Unidos registraram recentemente a doença. Aelton protestou contra a decisão dos europeus, ponderando que 98% do rebanho nacional é composto do chamado “gado verde”, que só come pastagens. Afirmou que a decisão pode afetar as exportações brasileiras de carne, atualmente em uma boa situação depois de anos de esforços para conquista de mercados.

■ **PROJETO ALVORADA** - A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o governo federal pelo descaso que estaria dispensando aos municípios do nordeste de Goiás, detentores do menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado. A parlamentar também lamentou a extinção do Projeto Alvorada, iniciativa que destinava recursos federais para esses municípios.

■ **AGRESSÃO** - O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) denunciou agressão de policiais a professores e estudantes que protestavam contra a corrupção durante as comemorações do 7 de Setembro em Rio Branco. O senador Síbia Machado (PT-AC) admitiu os excessos, mas isentou o governador Jorge Viana.

■ **CRIANÇAS** - O senador Valdir Raupp (PMDB-TO) elogiou o Projeto Amor e Vida, voltado para o atendimento de crianças de Porto Velho em situação de risco de desnutrição, doenças e morte. O programa oferece, de acordo com Raupp, atendimento a crianças desnutridas, desidratadas, portadoras do vírus HIV e acometidas por doenças bronco-pulmonares.

## PLENÁRIO

## Senado lembra 103 anos de nascimento de Kubitschek

O Plenário do Senado aprovou, na semana passada, voto de lembrança pelos 103 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. O requerimento de homenagem foi apresentado pelos senadores Tião Viana (PT-AC), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Marco Maciel (PFL-PE). Paulo Octávio (PFL-DF) também registrou a data com uma missa no local onde foi realizada a primeira celebração religiosa em Brasília. Estiveram presentes autoridades locais e Anna Christina Kubitschek, neta de JK e esposa do senador. Na ocasião, Paulo Octávio comentou a trajetória profissional do ex-presidente antes da política. Ele lembrou que JK, filho de uma professora primária e de um caixeiro-viajante de Diamantina (MG), conseguiu formar-se médico depois de ter sido telegrafista.

## Paim homenageia o cantor Lupicínio Rodrigues

O senador Paulo Paim (PT-RS) homenageou o cantor e compositor gaúcho Lupicínio Rodrigues pela passagem do aniversário dos 91 anos de seu nascimento. Paim lembrou que o músico, de origem negra, foi o inventor do termo "dor-de-cotovelo". Ao citar trechos de letras de músicas de Lupicínio, Paim comparou a dor-de-cotovelo do homem traído pela mulher amada à dor causada pela crise política atual, em que bandeiras históricas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores são embaladas nos braços de outras legendas.



Sérgio Guerra (D) homenageia Arraes, de quem foi secretário no governo de Pernambuco

## Plenário reverencia memória de Arraes

Em sessão solene na última quarta-feira, o Congresso homenageou o deputado Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, morto há cerca de um mês. Participaram o deputado Eduardo Campos (PSB-PE), neto de Arraes, e os ministros da Integração Nacional, Ciro Gomes, e da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende.

Em mensagem enviada por escrito, o presidente do Senado, Renan Calheiros, citou Arraes como o último grande nome de uma geração histórica.

Sua capacidade de ouvir e valorizar opiniões contrárias foram ressaltadas por Sérgio

Guerra (PSDB-PE). "Longe da verdade está a impressão de que era um coronel politicamente atrasado. Nada mais falso."

Líder do PMDB, Ney Suassuna (PB) relatou já ter sentido inveja da paixão dos pernambucanos por Arraes. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou a história de um ministro do STF que, mesmo adversário de Arraes, desafiou a ditadura e o libertou da prisão.

– Num tempo tão difícil, homenagear Arraes é uma forma de prestigiar a política – disse o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Para Pedro Simon (PMDB-

RS), ninguém simbolizou tão bem o povo nordestino. "No meio charco", disse, o Congresso lembra "o grande homem do passado, do presente e orientador do futuro". João Capiberibe (PSB-AP) disse ter se apoiado na experiência de Arraes para voltar do exílio. José Jorge (PFL-PE) observou que apesar de atuar em lado oposto, nunca deixou de reconhecer a liderança de Arraes.

Mão Santa (PMDB-PI) assinalou ter recentemente devolvido à família livro traduzido por Arraes sobre propaganda política, que achou quando era prefeito de Parnaíba (PI).

## Conselho dos Direitos da Mulher faz 20 anos

Em sessão especial para celebrar os 20 anos de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que o maior desafio do órgão é a implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que propôs a sessão, fez uma homenagem ao senador José Sarney (PMDB-AP), que recebeu uma placa por ter criado o conselho

em 1985, quando era presidente da República. Seis ex-presidentes do conselho também foram homenageadas: Ruth Escobar, Sylvania Auad, Cátia Vasconcelos, Herilda de Souza, Solange Jurema e Emília Fernandes. Também participaram Matilde Ribeiro, secretária de Igualdade Racial, Nilcéa Freire, secretária de Políticas para as Mulheres, e Clara Scharf, presidente do Comitê Brasileiro Mil Mulheres.

– Foi a partir da articulação

do CNDM que a Constituição de 1988 incorporou a maioria das reivindicações da "Carta das Mulheres" – lembrou.

Para Serys, "as ações do conselho foram fundamentais para inserir na política as discussões sobre a participação feminina".

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez um histórico da atuação do CNDM e salientou que o órgão vem promovendo um debate público sobre os direitos das mulheres e a questão da dignidade.

## Maria do Carmo presta homenagem a Jorge Werthein

Maria do Carmo Alves (PFL-SE) registrou seu reconhecimento ao trabalho do educador Jorge Werthein, que encerrou suas atividades como representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), depois de quase uma década de atuação. "Estabelecer a educação como prioridade para o desenvolvimento estratégico foi a marca da atuação do sociólogo", disse a senadora.

## Jucá registra os 61 anos da Associação Comercial de RR

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou os 61 anos da Associação Comercial e Industrial de Roraima, comemorados em Boa Vista por empresários e políticos. Eles lembraram a criação do estado e o papel da entidade na sua estruturação.

– A associação tem um papel fundamental na discussão dos destinos deste que é um estado em implantação, que busca sua vocação econômica e que tem desafios sociais imensos – afirmou.

## Valadares lembra padre Arnóbio Patrício de Melo

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou voto de pesar pelo falecimento do padre Arnóbio Patrício de Melo, no dia 8, em Aracaju. Ele era pároco da Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro desde 1981. Formado em Filosofia, Letras e Teologia, padre Arnóbio foi secretário municipal de Educação e secretário-geral do conselho de Cultura, além de vereador por 12 anos.

## Projetos

## Crivella propõe redução de despesas com publicidade

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou projeto de lei complementar que busca proibir empenho de despesas com publicidade em montante superior ao destinado a pagamento integral dos precatórios de natureza alimentícia, que são os débitos da administração pública relativos a salários, pensões, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez. De acordo com o parlamentar, o objetivo da proposta de sua iniciativa (PLS 262/05) é "fazer com que as administrações federal, estaduais, distrital e municipais passem a honrar o cumprimento dessas condenações judiciais, que por vezes é postergado para a satisfação de interesses menores".

## Inelegibilidade para quem renunciar

Três projetos buscam acrescentar à Lei Complementar 64/90 a determinação de inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie. O PLS 266/05, do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), e o PLS 274/05, do senador Tião Viana (PT-AC), referem-se apenas ao parlamentar que renuncie ao mandato, enquanto o PLS 269/05, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), inclui ainda o chefe do Poder Executivo que, réu de processo por crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

O objetivo dos três é acabar com a prática comum entre agentes políticos acusados de crimes ou de quebra de decoro de renunciar aos seus cargos para evitar a cassação e, assim, garantir a manutenção dos direitos políticos.

## Ampliação do ProUni e nova gratificação

Projeto (PLS 260/05) para estender o atendimento do Programa Universidade para Todos (ProUni) aos estudantes beneficiados com bolsa parcial no ensino médio privado foi apresentado pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou

proposição (PLS 267/05) para instituir gratificação de adicional por tempo de serviço na base de 5% por cada período de três anos de trabalhos prestados à mesma empresa aos empregados celetistas que recebam remuneração mensal igual ou inferior ao teto máximo do salário-família.

## Prazos para registro de desaparecido

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou proposição (PLS 285/05) que acrescenta ao Estatuto da Criança e do Adolescente a determinação de que os órgãos competentes

deverão registrar o comunicado de menor desaparecido após uma hora da ocorrência do fato, e dar início à investigação desse desaparecimento no prazo máximo de seis horas após a notificação.

## Punição por extravio de documento

De autoria do senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o PLS 263/05 visa acrescentar na Lei 1.579/52, inciso que define como crime o extravio ou destruição de documento objeto de investigação de comissão parlamentar de inquérito (CPI).

## Criação do Ministério da Amazônia

É do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a proposta que autoriza o Poder Executivo a criar o Ministério da Amazônia (PLS 264/05), "com a incumbência

de dedicar-se única e exclusivamente àquela região, que representa 60% do território nacional, para preservá-la com desenvolvimento".

## PLENÁRIO

## José Jorge vê menosprezo por agências reguladoras

O líder da minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), afirmou ser notório o desprezo do governo Lula por um dos pilares da economia moderna: as agências reguladoras. O parlamentar criticou o contingenciamento de recursos destinados às agências e a demora do Executivo em indicar os diretores desses órgãos quando os cargos ficam vagos.

O pefelista adiantou que irá apresentar projeto prevenindo a possibilidade de o Senado indicar os dirigentes das agências reguladoras quando o governo federal levar mais de 90 dias (contados a partir da vacância do cargo) para indicá-los.

– Cito o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica, que tem cinco diretorias, das

quais duas estão vagas desde 24 de maio, ou seja, há 113 dias. Outro exemplo é a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que está sem diretor-geral desde 12 de janeiro deste ano – revelou, lembrando que o nome proposto pelo governo para a diretoria-geral da ANP foi rejeitado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) em abril.

José Jorge ressaltou que as agências são muito importantes, pois constituiriam o ponto de equilíbrio nas relações entre investidores e consumidores. Ele também disse que esses órgãos, por não serem subordinados ao governo, deveriam contar com maior estabilidade, o que garantiria maior tranqüilidade à realização de investimentos.

## Garibaldi: falta clareza na definição de refinaria

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) voltou à tribuna para cobrar uma definição sobre a aplicação de R\$ 2 bilhões do governo na instalação de uma refinaria de petróleo anunciada no Nordeste. Segundo ele, há rumores de que, por uma imposição do governo da Venezuela, a refinaria será erguida em Abreu e Lima, no interior de Pernambuco.

Garibaldi disse que “não há sinais de transparência” no processo de instalação da refinaria, acrescentando que Abreu e Lima é o nome de um ilustre venezuelano.

– Ora o governo diz que terá uma postura técnica e ora se diz

que o governo vai receber um aporte de R\$ 750 milhões da Venezuela porque Pernambuco tem uma cidade que homenageia uma personalidade venezuelana – protestou, ao lembrar que quatro estados cogitaram a implantação da refinaria.

– Fomos enganados, uma vez que o governo escolheu Pernambuco há muito tempo – protestou Garibaldi, dizendo que o Rio Grande do Norte já demonstrara viabilidade técnica para receber a refinaria.

Em aparte, Tasso Jereissatti (PSDB-CE) se disse decepcionado com o uso de critérios políticos e não técnicos para decidir sobre a refinaria.

## Raupp pede aprovação urgente da MP do Bem

Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu o apoio dos senadores à aprovação urgente da Medida Provisória 252, conhecida como MP do Bem. A proposta desonera novos investimentos das empresas do setor elétrico de diversos tributos, entre



Valdir Raupp

eles o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Conforme justificou, a carga tributária no setor vem, desde 1998, superando a inflação, prejudicando as famílias de menor renda

que utilizam energia elétrica residencial.

Raupp argumenta que a desoneração tributária é uma medida positiva, pois a perda arrecadatória inicial da União será compensada pelo aumento do consumo da própria energia, pela liberação da renda para a aquisição de outros produtos e serviços e, ainda, pela possibilidade de expansão e universalização dos serviços.

O parlamentar citou dados que apontam o Brasil entre os países de baixo consumo energético *per capita* em relação à renda *per capita*.

**FUNDO TRABALHISTA** - Ana Júlia Carepa (PT-PA) comentou em Plenário projeto de sua autoria que cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (PLS 246/05). A idéia é que o fundo assegure o pagamento de créditos trabalhistas, em caso de sentença favorável ao trabalhador, antes mesmo da quitação da dívida pela empresa.

**MILITARES** - O senador Romeu Tuma (PFL-SP) cobrou do governo o cumprimento do acordo de reajuste salarial dos militares assumido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo vice-presidente José Alencar com os comandantes das Forças Armadas. O acerto seria para pagamento do reajuste de 23% à categoria em duas parcelas.

# Saturnino faz críticas à política econômica

Ao discordar da estratégia adotada pelo governo federal de apresentar os avanços da política econômica como contrapeso às denúncias de corrupção investigadas pelas CPIs, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou os resultados obtidos pela equipe econômica como medíocres. Ele classificou o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, como um “novato nas lides econômicas”, a quem atribuiu falta de vivência para o cargo.

Saturnino confessou que, ao ingressar no PT para trabalhar na campanha do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, acreditava no cumprimento dos compromissos de mudança assumidos. Mesmo consciente da

inviabilidade de uma mudança profunda nos quadros econômico e social do país, ele esperava que se caminhasse na direção de uma distribuição mais equitativa das riquezas nacionais.

– Como toda a população, não esperava uma subserviência total aos interesses, ditames e fórmulas econômicas do mercado, igual ao que fez o presidente Fernando Henrique Cardoso durante todo o seu mandato – criticou.

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) aplaudiu a coerência do senador pelo Rio e registrou a



ROOSEVELT PINHEIRO

Resultados observados na economia são medíocres, afirma Roberto Saturnino

indicação de Saturnino, pela bancada do PT no Senado, para presidir a Comissão de Relações Exteriores.

## Iris denuncia situação dos sem-teto em Goiânia

A falta de sensibilidade das autoridades de Goiás para solucionar a questão dos sem-teto, que ocupavam área do Parque Oeste Industrial de Goiânia e foram vítimas de uma ação de despejo violenta realizada pela Polícia Militar do estado, há oito meses, foi criticada pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO). A ação, lamentou, resultou na morte de três pessoas e em dezenas de feridos. Ela afirmou que, embora o prefeito de Goiânia, Iris Rezende, tenha destinado um terreno para acomodar os despejados, até agora os sem-teto não foram transferidos para lá, por “interesses eleitoreiros”.

A senadora disse ser necessário criar uma política habitacional de caráter nacional, pois a situação local se repete em diversas regiões do país. E acusou alguns setores de “fecharem os olhos à dor humana” e não darem seqüência a decisões que viabilizariam a solução do problema. A parlamentar relatou que, durante quatro meses, os sem-teto ficaram em um ginásio de esportes, em precárias condições de higiene.

## País é “pangaré” na corrida do crescimento, diz Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) apresentou estatísticas divulgadas pela Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) para contrapor as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em pronunciamento na televisão, de que “caiu do cavalo quem apostou contra o bom desempenho da economia”. Virgílio citou artigo do ex-ministro da Fazenda Pedro Malan no qual este afirma que o governo Lula só se mantém em pé porque aprofundou as políticas macroeconômicas do governo anterior.

Para o senador, o Brasil é um “pangaré que disputa os últimos lugares na corrida do crescimento econômico”, quando seu desempenho é comparado ao de outras economias. Dados da Cepal, informou, indicam aumento de 5,4% no produto interno bruto, nos dois primeiros anos do governo Lula, contra 13,5% na América do Sul e 9% na América Latina. Virgílio assinalou que, nesse período, 15 países cresceram mais que o Brasil, que só ficou à frente da Guatemala, El Salvador, República Dominicana e Haiti.

– China, Índia e Rússia crescem mais que o Brasil, no mandato do presidente Lula – ressaltou.

## Ideli: controle da inflação beneficia população carente

A melhoria nos indicadores econômicos do Brasil e seus efeitos, que podem ser sentidos na vida do trabalhador, foram destacados pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Ela frisou a ocorrência, ao mesmo tempo, do crescimento da economia, do superávit em conta corrente e da queda da inflação.

– A diminuição da inflação leva a ganhos de padrão de vida principalmente para os grupos de renda mais baixa. Além disso,

a queda dos indicadores inflacionários tem ajudado a resolver problemas de endividamento dos estados e municípios – afirmou Ideli, acrescentando que o desempenho da economia é uma política pública voltada para as classes menos privilegiadas.

A senadora ressaltou que aproximadamente 30% das despesas das famílias de menor renda se referem ao pagamento de tarifas públicas, que, graças à inflação baixa, têm caído, como seria o



ROOSEVELT PINHEIRO

Desempenho da economia é política pública voltada aos menos privilegiados, diz Ideli

caso da energia elétrica. Ideli acrescentou ainda que o preço do gás de cozinha se mantém o mesmo desde o começo do atual governo.

**ACIDENTE DE TRABALHO** - Debate sobre previdência e saúde do trabalhador, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, contou com a participação do senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar manifestou preocupação com a situação do país, que registrou 400 mil acidentes de trabalho em 2003.

**BURACOS** - Reparos malfeitos nas estradas do município de Concórdia, em Santa Catarina, motivaram protestos por parte de Leonel Pavan (PSDB-SC). De acordo com o senador, empresas contratadas estariam realizando uma operação tapa-buracos fora dos padrões recomendados. O parlamentar lamentou o grande desperdício de recursos públicos.

**INTEROCEÂNICA** - A construção da Rodovia Interoceânica, que vai ligar o Acre a portos do Peru no oceano Pacífico, recebeu apoio de Sibá Machado (PT-AC). A pedra fundamental da obra foi lançada em Puerto Maldonado, no país vizinho, com a presença do presidente da República. – O Acre será a sala de visitas das relações do Brasil com a Ásia – ressaltou Sibá.

## PLENÁRIO

# Povo poderá controlar os gastos dos governos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a democratização do acesso aos dados dos orçamentos públicos. Isso é necessário, segundo ele, para que a sociedade possa controlar os gastos governamentais. Um projeto de lei de autoria de Capiberibe – já aprovado no Senado e atualmente em tramitação na Câmara – prevê a apresentação, na Internet, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Executivo, do Legislativo e do Judiciário nos âmbitos federal, estadual e municipal.

– Defendo com intransigência o direito do cidadão à informação sobre as suas contribuições.

Para Capiberibe, é preciso que a população tenha controle sobre o aparelho de Estado e conheça em detalhes, “conta a conta”, os gastos do governo. Dessa forma, explicou, o cidadão poderá saber como estão sendo exercidas as políticas públicas, e se de fato estão sendo exercidas, e controlar os gastos.

– É no detalhe que se pode, por exemplo, saber quanto custam os remédios que estão faltando nos centros de saúde enquanto sobram recursos para a malversação e



Projeto de João Capiberibe está sendo examinado na Câmara dos Deputados

para os desvios. A transparência é necessária, e a Internet é um instrumento fabuloso para isso – declarou.

## Ana Júlia quer mudança na política econômica, “mas sem aventura”

Depois de anunciar que votaria no domingo em Raul Pont para a presidência nacional do PT, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu mudanças na condução da política econômica, “mas sem nenhuma aventura”. Para ela, o país não pode mais conviver com uma política de juros altos e elevados cortes nos investimentos estatais.

– Estou convencida que o primeiro passo para resgatar o nosso PT é ter a lucidez e a coragem de assumirmos

nossos erros, punindo os culpados e separando o joio do trigo.

A senadora sustentou que Raul Pont tem condições de “refundar” o PT por ser preparado e íntegro. Lembrou que ele já foi prefeito de Porto Alegre, além de deputado.

Apesar de defender um candidato que disputaria com o atual comando nacional petista, ligado ao deputado José Dirceu e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ana Júlia disse que não abre mão de pre-

servar o governo Lula “e todas suas conquistas sociais”.

– O PT não surgiu para ser um partido de costas para o povo, com uma direção que fica encastelada, distante das lutas sociais e a serviço desse ou daquele grupo econômico ou de pressão – acrescentou.

A parlamentar se dirigiu aos partidários “que pensam em abandonar tudo e desistir”.

– Simplesmente, não temos esse direito. O PT representou e ainda representa a esperança de milhões de brasileiros.

## José Jorge adverte para risco de falta de energia

O senador José Jorge (PFL-PE) manifestou em Plenário sua preocupação com a possibilidade de desabastecimento de energia elétrica no país a partir de 2007. Ele denunciou uma forte queda na média anual de entrada em operação de novas usinas hidrelétricas a partir de 2003, motivada pelo anúncio feito pelo governo de que a legislação do setor elétrico seria alterada, levando à paralisação dos investimentos.

– O último leilão de empreendimentos de geração foi realizado em julho de 2002, há mais de dois anos, portanto. De lá pra cá, o governo não conseguiu realizar nenhum novo leilão, em que pese haver anunciado repetidas vezes que iria licitar 17 novos empreendimentos, em fase de obtenção de licenciamento ambiental – denunciou o senador.

Citando matéria da Agência Estado, José Jorge lembrou que apenas um dos 17 empreendimentos prometidos pelo governo obteve licença ambiental. De acordo com ele, mesmo que todos esses novos empreendimentos fossem licitados, gerando um acréscimo de mais 2,7 mil megawatts ao sistema elétrico nacional, seriam insuficientes para atender o crescimento da demanda anual brasileira, uma vez que ultrapassa os 3,5 mil megawatts.

– Vencer os entraves ambientais, que não podem ser tantos e nem tão insuperáveis assim, e leiloar novas concessões de geração é a única saída para que não tenhamos, em futuro breve, um novo racionamento de energia elétrica.



José Jorge

## Bornhausen: tribunal deve ajudar na reforma política

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) anunciou que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição para que o Supremo Tribunal Federal (STF) e outros tribunais superiores possam elaborar leis delegadas. Ele argumentou que essa medida pode facilitar a realização da reforma política.

– Esses tribunais poderiam legislar sobre direito processual, penal, eleitoral, partidário, civil e do trabalho. Eles poderiam apresentar soluções para o emaranhado de leis que dão oportunidades para a protelação dos processos judiciais – explicou o senador, frisando que a lentidão da Justiça eleva o risco político e diminui a segurança jurídica no país.

Bornhausen ressaltou que os tribunais superiores são casas isentas e poderão fazer uma reforma política e eleitoral capaz de produzir eleições mais transparentes, caso o Congresso não aprove os projetos de reforma a tempo. O senador manifestou-se preocupado com o pouco prazo que resta para a aprovação das reformas política e eleitoral que tramitam na Câmara dos Deputados e que já passaram pelo Senado. Para valerem já nas próximas eleições, precisam ser aprovadas até 30 de setembro.

Na avaliação do senador, a pauta da Câmara e as denúncias que envolvem o presidente daquela Casa, Severino Cavalcanti, em corrupção podem dificultar a aprovação das mudanças. Ele observou ainda que, se ao discutir a reforma política cada parlamentar se preocupar com seu caso pessoal, a aprovação da matéria demorará muito.

Atualmente, a Constituição permite que apenas o Poder Executivo elabore leis delegadas.

## Serys defende aumento no percentual do FPM

Ao registrar a realização da Conferência de Fortalecimento do Movimento Municipalista Brasileiro, entre 24 e 26 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro, Serys Shlessarenko (PT-MT) defendeu o aumento de 22,5% para 23,5% no percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), previsto na reforma tributária que tramita na Câmara.

A senadora informou que a conferência, promovida pela Confederação Nacional dos Municípios, realizou encontros entre as associações de municípios de cada estado com a respectiva bancada de parlamentares. Serys assinou que “as justas e antigas reivindicações” dos prefeitos brasileiros refletem uma crítica ao modelo centralizador de

distribuição dos recursos pela União, “que vem massacrando cada vez mais os municípios brasileiros”.

– Deixar o dinheiro em Brasília é sacrificar o povo. Arrochar ainda mais as prefeituras é diminuir diretamente a sua capacidade de investimento – disse a senadora, ao afirmar ser urgente o aumento de um ponto percentual no fundo.

O FPM é formado por 22,5% das receitas federais arrecadadas pela União, principalmente com o Imposto sobre Renda e Proventos de qualquer Natureza e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com o aumento do percentual do FPM, avaliou a parlamentar, os municípios do país terão algo em torno de R\$ 1,4 bilhão a mais por ano.

## Flexa Ribeiro apóia prefeitos

Ao registrar que nos próximos dias 27 e 28 milhares de prefeitos de todo o país virão a Brasília entregar uma pauta de reivindicações ao governo federal, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) fez um apelo à Câmara dos Deputados no sentido de que alguns dos pleitos dos Executivos municipais, incluídos na reforma tributária que tramita naquela Casa, sejam atendidos. Ele citou como exemplo a elevação, em um ponto percentual, do Fundo de Participação dos Municípios.

Flexa Ribeiro disse que participou de reunião, segunda-feira passada, em Belém, com

prefeitos dos 143 municípios do Pará. Lá, ele expressou seu apoio à pauta apresentada, que inclui ainda a definição de um teto de 2% do total da receita líquida do município para o pagamento de precatórios. O senador acrescentou que outro pedido que será feito ao governo federal é uma renegociação da dívida que as prefeituras têm com a Previdência Social.

– Sabemos que grande parte das prefeituras está impossibilitada de acessar recursos, sejam eles de convênios estaduais ou federais, em virtude de estarem inadimplentes com a Previdência e a Receita Federal.



Segundo Maranhão, programa contribui para reduzir mortalidade infantil

## Programa de Saúde da Família é um sucesso, diz José Maranhão

Ao fazer um balanço dos resultados do Programa de Saúde da Família (PSF), após a primeira década de sua implantação no país, o senador José Maranhão (PMDB-PB) considerou-o como uma das iniciativas mais felizes adotadas na área da saúde. Para Maranhão, o programa tanto deu certo que adquiriu caráter de “questão de Estado, e não apenas de governo”, uma vez que foi mantido pelas sucessivas administrações, desde sua criação durante o mandato de Itamar Franco, em 1994.

O senador ressaltou que o PSF foi um dos responsáveis pela redução dos índices de mortalidade infantil entre 1990 e 2002.

## Tourinho: código melhorou a vida do consumidor

Os 15 anos de existência do Código de Defesa do Consumidor, criado em 11 de setembro de 1990, foram destacados por Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O senador reconheceu que graças ao código houve mudanças que melhoraram as condições de vida do consumidor brasileiro.

– No entanto, como as relações comerciais no mundo moderno e globalizado são extremamente dinâmicas, é natural que estejamos, nós, legisladores, sempre atentos para a adequação do código às novas práticas e realidades dos mercados – disse ele. Dentro dessa perspectiva, Tourinho comunicou ao Plenário que, nos próximos dias, apresentará sua terceira proposição voltada para atualizar a Lei 8.078, conhecida como Código de Defesa do Consumidor. A proposta, afirmou o senador, deverá introduzir no código questões como a compra e venda de produtos e serviços por meio da Internet.

## Voz do Leitor

## RODEIOS

“O rodeio vem ganhando destaque em novelas, mas elas não retratam a movimentação financeira que há por trás dos eventos. Está na hora de olhar para o setor, que tem inúmeros profissionais ganhando bem, mas sem carteira de trabalho assinada. Não recebem benefícios e nem têm descontos nos pagamentos que recebem, o que causa uma omissão quanto aos impostos e contribuições previdenciárias que deveriam ser pagos, e impedem também que esses profissionais tenham acesso a alguns direitos.”  
**Cláudia Soares de Lima, de Goiânia (GO)**

## AUTÔNOMOS

“Sugiro que seja criado um projeto de lei que reduza o valor da contribuição paga pelos autônomos ao INSS.”  
**Erivan Pedreira Pinheiro, de Ipiáú (BA)**

## TAXAS BAIXAS

“Sugiro um projeto de lei que obrigue a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil a oferecerem juros e taxas abaixo dos praticados pelos bancos privados, independente da renda.”  
**Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)**

## DESARMAMENTO

“A campanha do desarmamento promove a entrega de armas pela população, enquanto a arma em posse da bandidagem não é confiscada por meios legais. Apresentadores de TV fazem a campanha, mas saem na rua com seus seguranças armados. Os maiores interessados no

desarmamento do cidadão comum geralmente são donos de agências de segurança. Quem nunca precisou de uma viatura de polícia e ela não chegou a tempo? Acho que todas as armas devem ser registradas e as pessoas não devem sair armadas, mas não espero por uma segurança que não temos.”  
**Lavinia Corrêa França Valente, de São Paulo (SP)**

## ECONOMIA

“Os parlamentares falam que a política econômica está dando certo. Sendo assim, por que grande parte da população encontra-se desempregada e passando fome? Para quem exatamente tal economia está dando certo?”  
**Sônia Lamim, de Itajaí (SC)**

## IMPOSTOS

“Precisamos nos mobilizar para que nossa nação deixe de ser covardemente mutilada por golpes de corrupção, enquanto nós ganhamos pouco e pagamos impostos para três esferas: municipal, estadual e federal. Gostaria de um projeto que unificasse os impostos. Também é necessário ampliar o ensino fundamental, incluindo nele matérias que ensinam noções de direitos do cidadão, para que saibamos nos defender.”  
**Luciano Mota de Oliveira, de Itumbiara (GO)**

## PARLAMENTARISMO

“Gostaria que o senador Pedro Simon falasse em Plenário sobre a atual situação política e sugerisse o regime parlamentarista de governo como uma alternativa para a saída dessa crise política no país.”  
**José de Moura Couto, de São Gonçalo (RJ)**

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

## Pergunte ao Senador

## ASSINATURA BÁSICA DE TELEFONIA

**Joel Lucas dos Santos, de Poços de Caldas (MG)**

“Senador Eduardo Azeredo, como está a tramitação do projeto que diz respeito ao fim da taxa de assinatura básica dos serviços de telefonia?”

**O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) responde:**

Caro Joel, duas propostas nesse sentido estão tramitando no Senado: a Sugestão 06/03, enviada pela Associação Comunitária de Chonim de Cima, e o Projeto de Lei 91/04, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Ambas as matérias estão na Comissão de Infra-Estrutura e foram encaminhadas para o relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS).



## VISTO DE EMIGRAÇÃO

**Benedito Arassahu, de Piedade (SP)**

“Senador Hélio Costa, o que fazer para conseguir um visto de emigração para a Europa?”

**O senador Hélio Costa (PMDB-MG), atualmente licenciado para exercer o cargo de ministro das Comunicações, responde:**

Caro Benedito, atualmente não é necessária a emissão de visto para alguns países europeus e, apenas com o passaporte, o brasileiro tem acesso àquele continente. Os países da parte ocidental (Inglaterra, Alemanha, França, Espanha, Itália, Portugal etc.) e alguns do Leste Europeu (como Polônia e Hungria) dispensam visto para o turista brasileiro por até 90 dias, ou até seis meses, dependendo do país. É preciso que o passaporte seja válido por pelo menos seis meses após a data planejada para saída. Outros países do Leste Europeu, como Ucrânia, Romênia, Iugoslávia e República Tcheca, ainda exigem o visto de entrada mesmo por menos de 90 dias. Nesses casos – ou caso deseje ir à Europa para exercer atividade remunerada ou para trabalhar – procure o consulado dos países a que você pretende ir para saber quais os documentos exigidos, as taxas de emissão do visto e o horário de atendimento. Você pode também procurar o Ministério das Relações Exteriores, pelo telefone (61) 3223-5394.



## AGENTE DE SAÚDE

**Erenaldo Jorge Oliveira, de Riachão do Jacuípe (BA)**

“Senador Antonio Carlos Magalhães, o que falta para a efetivação dos agentes públicos de saúde como servidores federais?”

**O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responde:**

Prezado Erenaldo, para a efetivação dos agentes públicos de saúde como servidores federais (o que de fato já são) falta uma atitude urgente do governo federal, que deve aproveitar os que têm mais tempo e, do mesmo modo, abrir concurso público para dar oportunidade a milhares de brasileiros que poderão melhorar em muito a saúde dos mais humildes.



## Frases

“Não dá para repetir uma eleição com a velha lei, pois isso repetirá os velhos crimes”

Renan Calheiros, que ao receber a Medalha do Mérito Marechal Floriano Peixoto chamou a atenção para a necessidade urgente de se modificar a legislação eleitoral.

“Lula tem que ir até o final, sangrando. Cada dia com sua agonia. Se cair, pode dar uma de [Hugo] Chávez [presidente da Venezuela]. Deixa ele lá até o final”

Roberto Jefferson, em seu discurso de defesa antes de ser cassado, no qual acusou o governo federal de corrupção, mas se disse contrário ao impeachment de Lula.

“A Câmara mostrou que é uma Casa madura, autônoma e que é capaz de acionar seu mecanismo de autodefesa”

Arthur Virgílio, sobre a cassação de Roberto Jefferson, dizendo-se convicto de que o Brasil sairá fortalecido da crise.

“Ele não fez isso para servir à nação. Participou do esquema de corrupção e, por divergências com membros do governo a respeito do montante destinado a seu partido, resolveu falar”

Jefferson Péres, sobre as motivações de Roberto Jefferson para denunciar o “mensalão”.

“O governo do PT vai fazer a faxina da corrupção no país”

Serys Slhessarenko, em resposta a críticas ao PT.

“Vamos acabar com essa hipocrisia. As regras não mudam porque quem está no poder não quer, sempre na esperança de que poderá se locupletar. Quem quer mudar é porque está fora do poder”

Amir Lando, após ouvir vários deputados na CPI do Mensalão a favor de mudança nas regras.

“O presidente Lula, por sua falta de consciência cívica, de competência, expõe a nação ao ridículo, quando até agora ele nada fez para acabar com a fome”

Antonio Carlos Magalhães, ao criticar a proposta de Lula de implantar taxa de US\$ 2 nas passagens aéreas internacionais destinada ao combate à fome.

## Foto da Semana

Na última quarta-feira o Congresso assistiu à despedida do agora ex-deputado federal Roberto Jefferson, que em maio, acusado de corrupção, denunciou o esquema de compra de parlamentares operado pelo empresário Marcos Valério. Em seu discurso final, na tribuna da Câmara, Roberto Jefferson disse que “tirou a roupa do rei” e mostrou ao país a face oculta do governo Lula e do PT. Terminou cassado por 313 votos a 156



MOREIRA MARIZ

# Delicada relação entre Poderes

Nesta segunda-feira, às 12h, o programa de debates da Rádio Senado, *Conexão Senado*, vai discutir até que ponto a relação entre os três Poderes da República é harmoniosa e independente, como determina a Constituição. A questão já vinha sendo discutida diante do excesso de medidas provisórias enviadas pelo Executivo, que obstruem os trabalhos do Legislativo, e voltou à pauta depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar suspendendo o processo contra os deputados indiciados por suspeita de quebra de decoro parlamentar pelo relatório conjunto das CPIs dos Correios e do Mensalão.

A liminar, concedida para garantir o amplo direito de defesa aos acusados, divide opiniões. De um lado, estão os que acham que o PT teria sido beneficiado pela decisão. De outro, os que consideram a me-

didá democrática porque corrigiria uma falha processual.

Participam da discussão parlamentares, juristas e cientistas políticos. O ouvinte também pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, pelo fax (61) 3311-2777 ou pelo e-mail [conexão@senado.gov.br](mailto:conexão@senado.gov.br).

A programação cultural da rádio, por sua vez, tem como destaque o *Prosa e Verso*, no sábado às 9h. O assunto da atração é o trovadorismo, estilo em que o autor assume uma personalidade feminina para falar do amado. Como exemplo moderno do gênero, lembra-se neste programa a obra de Chico Buarque de Hollanda em canções como *Folhetim*, *Mil Perdões*, *Bem-querer*, *Ana de Amsterdam* e *A Viroleira*.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).



A obra de Chico Buarque é destaque do programa *Prosa e Verso*, que aborda sua identificação com a alma feminina

ANA CAROLINA FERNANDES/FOLHA IMAGEM

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

## RESENHA

## O desabafo de um mercenário alemão

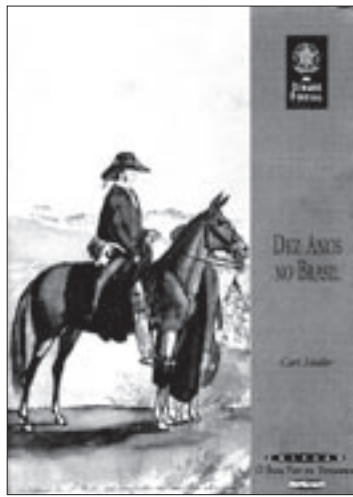
ALEXANDRE GUIMARÃES

Depois do Fico, em 9 de janeiro de 1822, iniciou-se a formação de um Exército brasileiro, mas grande era a desconfiança de sua lealdade – muitos de seus comandantes eram portugueses. A solução foi a contratação de mercenários. Com a Independência, rebelaram-se governadores e comandantes militares portugueses de algumas províncias, tais como o Grão-Pará, o Maranhão, o Piauí, a Bahia e a Cisplatina. Mais mercenários foram necessários.

Foi em janeiro de 1824 que Carl Seidler aportou no Rio de Janeiro. No final de 1834, de volta à Alemanha, escreve *Dez Anos no Brasil*. No entanto, ao ler sua obra, uma dúvida surge: é história ou é ficção? Tentemos entender.

Os europeus recrutados vinham com o sonho de se tornarem ricos em terras brasileiras. Não foi diferente com Seidler e mais 149 alemães que vieram a bordo do navio Argus. O tempo passava, a decepção dos estrangeiros levou a levantes, e depois à dissolução das tropas. O sonho terminou em 1831.

A obra de Seidler é escrita por um sonhador, que vê perdidos dez anos de sua vida. Contudo, não são somente animosidades e mentiras o que nos relata o autor. Fatos históricos, voz das ruas, imaginário popular, tudo se mescla nas páginas de *Dez*



*Anos no Brasil.*

A imprecisão histórica não desmerece a obra. A citação de fatos de nossa cultura é valiosa, como neste trecho: “O feijão, sobretudo o preto, é o prato predileto dos brasileiros; figura nas mais distintas mesas, acompanhado de um pedaço de carne seca ao sol e toucinho à vontade. Não há refeição sem feijão, só o feijão mata a fome”.

Além disso, como ressalta a professora Janaína Amado, da Universidade de Brasília (UnB), em artigo publicado na revista *Nossa História*, o estudioso da história deve aproveitar tais casos para relacionar “a vivência e as memórias de um ser humano com o seu tempo, com o anterior e o futuro, associando, em vários níveis e de vários modos, real e simbólico, história e memória, memória e imaginação, tradição e invenção, ficção e história”.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Dez Anos no Brasil* integra a coleção *O Brasil Visto por Estrangeiros*, publicada pela Subsecretaria de Edições Técnicas. Pode ser adquirido por R\$ 20 no site [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). Mais informações pelo email [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO

## Livraria do Senado melhora atendimento

Com a venda mensal de até 2 mil exemplares, a Subsecretaria de Edições Técnicas (Ssetec) está lançando a Livraria do Senado. Até então, os mais de 200 títulos catalogados vinham sendo comercializados em um balcão de atendimento.

Segundo o diretor da Ssetec, Raimundo Cunha Neto, a livraria irá proporcionar ao público maior conforto, com possibilidade de manuseio das obras expostas em prateleiras. A livraria foi montada em uma área aproximada de 100 metros

quadrados, próxima à rampa de entrada da subsecretaria, localizada na Unidade de Apoio III, do Senado, na Via N2.

Recentemente, a subsecretaria lançou coleções de Direito Constitucional e Administrativo. Segundo Neto, os preços são bastante acessíveis porque refletem apenas a reposição do custo industrial. A Constituição federal completa, com emendas, anexos e outras informações, pode ser adquirida por R\$ 7, enquanto nas livrarias comerciais é vendida, em média, a R\$ 24. A grande procura esgota regu-

larmente algumas obras.

Os livros são editados pelo Conselho Editorial e estão, na maior parte, em domínio público. Na livraria também está disponível a *Revista de Informação Legislativa*, composta de contribuições de especialistas de Direito, Sociologia e Ciência Política. Editada desde 1964, a revista recentemente recebeu conceito “A” da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), do Ministério da Educação. Mais informações pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br).

## Academia de Letras lança ABC das Alagoas

Uma grande festa foi organizada na quinta-feira, na Academia Alagoana de Letras, em Maceió, para comemorar a edição do livro *ABC das Alagoas – Dicionário Bibliográfico, Histórico e Geográfico de Alagoas*, do professor Francisco Reynaldo Amorim de Barros. O livro, segundo seu autor, “é um resgate de chão e de raiz”. A academia também homenageou o senador José Sarney (PMDB-AP), que preside o Conselho Editorial do Senado.

– Esse livro só foi editado graças à sensibilidade do presidente do Senado, Renan Calheiros – revelou. Sarney afirmou que uma nação precisa de três coisas: historiadores para falar do passado, políticos para tratar do presente e poetas para sonhar com o futuro.

Renan elogiou o livro e revelou que o Congresso tem sido sua melhor escola.

– Tenho procurado aprender com tudo e com todos, mas, se me perguntarem com quem mais aprendi, digo que foi com o presidente Sarney – assinalou.

## Rádio Senado produz série sobre a Coluna Prestes

O documentário *Um Sonho em Marcha – 80 anos da Coluna Prestes* será lançado nesta quarta-feira, às 18h30, na biblioteca do Senado. Produzido pelos jornalistas da Rádio Senado Adriano Faria, Jefferson Dalmoro, Larissa Bortoni e Maurício de Santi, a série presta uma homenagem ao movimento político-militar que percorreu o país entre 1925 e 1927. A iniciativa tem o apoio do primeiro-secretário da Casa, senador Efraim Morais (PFL-PB), que estará presente ao lançamento.

Para realizar essa produção, os jornalistas cumpriram o roteiro de viagens da Coluna Prestes, fazendo entrevistas e fotografando pessoas e lugares. A produção inclui ainda uma reflexão sobre o Brasil, 80 anos depois da marcha. A série será transmitida em cinco capítulos pela Rádio Senado, no período de 10 a 14 de outubro, sempre às 8h30, com reprise às 20h30.

Uma versão compacta do documentário será apresentada nos dias 15 e 16 de outubro – sábado, às 10h e domingo, às 17h. A série também estará disponível em CD e na página da Rádio Senado na Internet: [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## Conheça o Senado



Manifestantes protestam, em 1993, contra a revisão constitucional, prevista pela Constituição de 1988

## Revisão constitucional começou em 93

Após contestação judicial de alguns partidos, foi instalada em 7 de outubro de 1993, por decisão do Supremo Tribunal Federal, a sessão inaugural dos trabalhos de revisão constitucional, previstos por resolução do Congresso Nacional.

O Artigo 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), de 5 de outubro de 1988, estabelecia a realização do processo de revisão constitucional após decorridos cinco anos da promulgação da Constituição federal.

A legalidade das sessões preparatórias foi contestada pelos partidos PDT, PT, PSB e PCdoB,

que chegaram a fazer manifestações nas ruas.

A revisão constitucional durou 237 dias, durante os quais foram apresentadas cerca de 30 mil propostas. Contudo, apenas seis dos 74 projetos de Emenda de Revisão elaborados no período foram aprovados.

Os trabalhos foram conduzidos pelo então senador Humberto Lucena, e teve como relator o então deputado Nelson Jobim, hoje presidente do Supremo Tribunal Federal.

Entre as emendas aprovadas estão a que possibilitou a convocação de ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos

diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados.

Outra emenda reduziu o mandato presidencial de cinco para quatro anos. Posteriormente, em 1997, foi aprovada a proposta de emenda constitucional (PEC) que permitiu a reeleição para cargos do Executivo federal, estadual e municipal. Na Câmara tramitam atualmente duas PECs que propõem nova revisão para ser iniciada em fevereiro de 2007. Além das seis emendas da revisão constitucional, a Carta Magna já recebeu outras 48 emendas.

**MESA DO SENADO FEDERAL**  
Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

**JORNAL DO SENADO**  
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333  
Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Suely Bastos  
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes  
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620  
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da

Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

**Agência Senado**  
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Cidadão de olho nos gastos públicos

A administração pública deve obedecer aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. É o que determina a Constituição federal, que prevê ainda a existência de órgãos

de atendimento a reclamações relativas à prestação dos serviços públicos. O cidadão, assim, tem mais uma forma de participação, e para isso precisa ter amplo acesso às informações sobre os atos do governo. Nesta edição do *Especial*

*Cidadania*, conheça a Controladoria Geral da União e a Ouvidoria Geral da União, criadas para zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. Conheça ainda outras ferramentas que podem auxiliar o cidadão a acompanhar os gastos do governo.

## Órgãos devem zelar pela boa administração

A Controladoria Geral da União (CGU) foi criada em 2001 com o objetivo de dar andamento às representações ou denúncias relativas a lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público. O órgão está vinculado diretamente à Presidência da República e suas atribuições estão definidas na Lei 10.683/03. Compete à CGU, além das atribuições de correição, controle interno, auditoria pública e incremento da transparência da gestão, a função de ouvidoria geral, no âmbito da administração pública federal.

Para que sejam examinadas, as denúncias ou representações devem envolver órgão ou entidade do Poder Executivo federal, ou tratar de recursos públicos dele originados; descrever a irregularidade que implique lesão ou ameaça de lesão

ao patrimônio público; e conter fundamentação mínima que permita sua apuração. As informações podem ser enviadas por meio eletrônico, diretamente pelo site da CGU, ou por carta. Não são aceitas por telefone. É possível ainda enviar a denúncia para os representantes da Controladoria Geral nos estados.

**Controladoria**  
Setor de Autarquias Sul,  
Quadra 1, Bloco A,  
Edifício Darcy Ribeiro  
70070-905 - Brasília (DF)  
[cgu@cgu.gov.br](mailto:cgu@cgu.gov.br)  
[www.planalto.gov.br/cgu](http://www.planalto.gov.br/cgu)  
Tel.: (61) 3412-7235



### Ouvidoria recebe reclamações

A Ouvidoria Geral da CGU recebe, examina e dá andamento a reclamações, elogios e sugestões referentes a procedimentos e ações de agentes, órgãos e entidades do Poder Executivo federal. No curso do processo, os interessados podem acompanhar o andamento de suas manifestações diretamente pela Internet ([www.planalto.gov.br/cgu](http://www.planalto.gov.br/cgu)).

Segundo o órgão, todas as reclamações são analisadas e os interessados cientificados

dos resultados alcançados.

Para que a manifestação possa ser devidamente analisada, é preciso observar os seguintes requisitos: identificação do interessado e informação do endereço para correspondência; a questão deve ser restrita ao âmbito do Poder Executivo federal; a manifestação deve conter fundamentação suficiente para permitir a apuração (fatos, datas, locais, órgãos, nome ou características físicas das pessoas envolvidas, menções a reclamações anteriores etc.).

**Ouvidoria**  
Setor de Autarquias Sul,  
Quadra 1, Bloco A, Sala 804  
Edifício Darcy Ribeiro  
70070-905 - Brasília (DF)  
[cgu@cgu.gov.br](mailto:cgu@cgu.gov.br)  
[www.planalto.gov.br/cgu](http://www.planalto.gov.br/cgu)  
Tel.: (61) 3412-7259  
e 3412-6782

### CGU nos estados

**Acre** - Rua Marechal Deodoro 340, Centro, 69900-210 - Rio Branco (AC) (68) 3223-2901 / [cguac@cgu.gov.br](mailto:cguac@cgu.gov.br)

**Alagoas** - Rua do Livramento, 148, 8º e 9º andares, 57020-310 - Maceió (AL) (82) 221-1678 / [cguaal@cgu.gov.br](mailto:cguaal@cgu.gov.br)

**Amapá** - Av. Iracema Carvão Nunes, 93, 68906-300 - Macapá (AP) (96) 2123-7031 / [cguap@cgu.gov.br](mailto:cguap@cgu.gov.br)

**Amazonas** - Rua Marechal Deodoro, 27, 69005-000 - Manaus (AM) (92) 2125-5480 / [cguam@cgu.gov.br](mailto:cguam@cgu.gov.br)

**Bahia** - Av. Frederico Pontes, s/n, 2º andar, 40009-900 - Salvador (BA) (71) 242-0355 / [cguaba@cgu.gov.br](mailto:cguaba@cgu.gov.br)

**Ceará** - Rua Barão de Aracati, 909, 60115-080 - Fortaleza (CE) (85) 3466-2800 / [cguce@cgu.gov.br](mailto:cguce@cgu.gov.br)

**Espirito Santo** - Rua Pietrangelo de Biase, 56, 29010-190 - Vitória (ES) (27) 3232-5262 / [cgues@cgu.gov.br](mailto:cgues@cgu.gov.br)

**Goiás** - Rua 02, 49, Centro 74013-020 - Goiânia (GO) (62) 3901-4360 / [cguago@cgu.gov.br](mailto:cguago@cgu.gov.br)

**Maranhão** - Rua Osvaldo Cruz, 1618, 7º andar, Setor B, Canto do Fabril 65020-250 - São Luís (MA) (98) 232-0133 / [cguma@cgu.gov.br](mailto:cguma@cgu.gov.br)

**Minas Gerais** - Av. Afonso Pena, 1316, 9º andar, sala 922, 30130-003 - Belo Horizonte (MG) (31) 3218-6920 / [cgumg@cgu.gov.br](mailto:cgumg@cgu.gov.br)

**Mato Grosso** - Av. Ver. Juliano Costa Marques, 99 78050-200 - Cuiabá (MT) (65) 644-7473 / [cguumt@cgu.gov.br](mailto:cguumt@cgu.gov.br)

**Mato Grosso do Sul** - Av. Joaquim Murtinho, 65, Centro 79002-100 - Campo Grande (MS) (67) 384-7777 / [cguums@cgu.gov.br](mailto:cguums@cgu.gov.br)

**Pará** - Rua Gaspar Viana, 485, 7º andar, 66010-903 - Belém (PA) (91) 3222-9446 / [cgupapa@cgu.gov.br](mailto:cgupapa@cgu.gov.br)

**Paraíba** - Av. Epitácio Pessoa, 1705, 58030-900 - João Pessoa (PB) (83) 244-2164 / [cguppb@cgu.gov.br](mailto:cguppb@cgu.gov.br)

**Paraná** - Rua Marechal Deodoro, 555, 80020-911 - Curitiba (PR) (41) 320-8385 / [cguupr@cgu.gov.br](mailto:cguupr@cgu.gov.br)

**Pernambuco** - Av. Alfredo Lisboa, 1.168, sl 304, 50030-904 - Recife (PE) (81) 3224-2802 / [cguupe@cgu.gov.br](mailto:cguupe@cgu.gov.br)

**Piauí** - Praça Marechal Deodoro, s/n, 2º andar, 64000-160 - Teresina (PI) (86) 221-5080 / [cgupi@cgu.gov.br](mailto:cgupi@cgu.gov.br)

**Rio de Janeiro** - Av. Pres. Antônio Carlos, 375, 7º andar, sala 711 20020-010 - Rio de Janeiro (RJ) (21) 3805-3700 / [cgurj@cgu.gov.br](mailto:cgurj@cgu.gov.br)

**Rio Grande do Norte** - Esplanada Silva Jardim, 109, 2º andar 59012-090 - Natal (RN) (84) 220-2260 / [cgurrrn@cgu.gov.br](mailto:cgurrrn@cgu.gov.br)

**Rio Grande do Sul** - Av. Loureiro da Silva, 445, 7º andar 90013-900 - Porto Alegre (RS) (51) 3214-2762 / [cgurs@cgu.gov.br](mailto:cgurs@cgu.gov.br)

**Rondônia** - Av. Calamar, 3775 78905-230 - Porto Velho (RO) (69) 217-5600 / [cguuro@cgu.gov.br](mailto:cguuro@cgu.gov.br)

**Roraima** - Av. João Pereira de Melo, 328, 1º andar, Centro 69301-370 - Boa Vista (RR) (95) 624-5581 / [cguurrr@cgu.gov.br](mailto:cguurrr@cgu.gov.br)

**Santa Catarina** - Rua Nunes Machado, 192, 88010-460 - Florianópolis (SC) (48) 251-2000 / [cgusc@cgu.gov.br](mailto:cgusc@cgu.gov.br)

**São Paulo** - Av. Prestes Maia, 733, 14º andar, 01031-001 - São Paulo (SP) (11) 2113-8834 / [cgusp@cgu.gov.br](mailto:cgusp@cgu.gov.br)

**Sergipe** - Pça Graccho Cardoso, 44, São José, 49015-180 - Aracaju (SE) (79) 214-3156 / [cguuse@cgu.gov.br](mailto:cguuse@cgu.gov.br)

**Tocantins** - Av. JK, Qd. 104 Norte, Conj. 1, Lt 99, 77006-014 - Palmas (TO) (63) 3901-2236 / [cguto@cgu.gov.br](mailto:cguto@cgu.gov.br)

## Acompanhe os recursos públicos pela Internet

Qualquer cidadão que disponha de um computador com acesso à Internet pode acompanhar a execução de programas e ações do governo federal, e verificar como estão sendo aplicados os recursos públicos.

O Portal Transparência, vinculado à Controladoria Geral da União (CGU), traz informações dos programas e ações de governo, consubstanciadas no Orçamento Geral da União. O portal pode ser acessado nos endereços: [www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br) e [www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br).

A CGU disponibiliza ainda outra ferramenta que possibilita a consulta dos convênios do governo federal (administração direta, autarquias e fundações) com instituições localizadas nos

municípios, sejam elas vinculadas às prefeituras, aos órgãos federais e estaduais ou a entidades não-governamentais. O endereço é [www.cgu.gov.br/sfc/convenio/convenios.asp](http://www.cgu.gov.br/sfc/convenio/convenios.asp).

Pelo site do Banco do Brasil, é possível acessar o demonstrativo unificado de Distribuição da Arrecadação Federal (DAF), que informa o montante de recursos que cada município brasileiro está recebendo por meio de repasses do governo federal. O endereço para consulta é [www.bb.com.br/appbb/portal/gov/ep/srv/est/DistArrecFed.jsp](http://www.bb.com.br/appbb/portal/gov/ep/srv/est/DistArrecFed.jsp).

Mais completo é o Siga Brasil, o Sistema de Informações Orçamentárias Gerenciais Avançadas, acessível no site do Senado. Há dados completos sobre o Orçamento, as leis orçamentárias e a execução



O sistema Siga Brasil, acessível pela Internet, permite o acompanhamento da execução orçamentária

das despesas aprovadas pelo Congresso. O Siga Brasil é resultado de parceria entre a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado (Conorf) e a Secretaria Especial de Informática (Prodasen). Com tecnologia de

ponta, integra e consolida bases de dados dos principais sistemas orçamentários, como o do Tesouro Nacional - Siafi - e o da Secretaria de Orçamento Federal - Selor. O endereço de acesso é [www.senado.gov.br/siga](http://www.senado.gov.br/siga).

## Projetos em exame contra a corrupção na administração pública

**PEC 36/05** - Do senador licenciado Hélio Costa é a proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna os crimes de corrupção na administração pública inafiançáveis e imprescritíveis. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

**PLS 209/05** - Do senador Paulo Paim (PT-RS) é o projeto (PLS 209/05) que altera o Código Penal, tornando inafiançáveis e insuscetíveis de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva. Está na CCJ.

**PLS 259/05** - Do então sena-

dor Antônio Leite é a proposta que altera a Lei da Improbidade Administrativa (8.429/92), para que os processos referentes a improbidade tenham precedência sobre os demais que estejam sendo processados no mesmo juízo. A proposta aguarda exame da CCJ.

**PLS 211/05 e PLP 217/04** - Do senador João Capiberibe (PSB-AP) é a proposta que prevê a veiculação, na Internet, das informações acerca da gestão das prestadoras de serviços públicos. A matéria aguarda exame

da CCJ. Ele também é o autor de proposta (PLP 217/04), já aprovada no Senado, que prevê a divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A matéria aguarda exame da Câmara.

**PLS 232/05** - Projeto de lei de autoria de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) condiciona a posse e o exercício do agente público à apresentação de bens e valores de seu patrimônio privado e à

prévia autorização de quebra de seu sigilo bancário. A proposta prevê ainda que entidades sem fins lucrativos e seus dirigentes que receberem recursos públicos também terão de autorizar a quebra de seus sigilos como condição para a realização de convênios, contratos ou parcerias. O mesmo vale para empresas fornecedoras e prestadoras de serviços a quaisquer órgãos da União. O projeto tem pedido de urgência, assinado por todos os líderes partidários. Também aguardando exame da CCJ.